

PRODUÇÃO INSTITUTO PÓLIS

PÓLIS

EXEMPLAR PARA CONSULTA

VENDA LIVRARIA NO TÉRREO

Nº 16, 1994

Jordi Borja
Enrique Ortiz
Nazareno Affonso
Roberto Kishinami
Jose Ceballos
Martin Lóngoria
Arlete Rodrigues
Mario Vásconez
Regina Pacheco
Sonia Calió



O Futuro das Cidades

Elisabeth Grimberg (org.)



Publicações Pólis

ISSN-0104-2335

CATALOGAÇÃO NA FONTE — CDI

GRI	GRIMBERG, Elisabeth, org. <u>O futuro das cidades</u> . São Paulo, Pólis, 1994. ???p. (Publicações Pólis, 16) 1. Cidades 2. Desenvolvimento urbano 3. Desenvolvimento sustentável 4. Política ambiental 5. Política urbana	Tesouro Pólis: 225.21 321.62 321.620 321.5 321.6
-----	---	--

Índice para catálogo sistemático:

Cidades	225.21
Desenvolvimento sustentável	321.620
Desenvolvimento urbano	321.62
Política ambiental	321.5
Política urbana	321.6

PÓLIS - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais

Instituto Pólis
Rua Cônego Eugênio Leite, 433 - São Paulo - SP - 05414-010
Página Internet: www.polis.org.br
Publicações: cdi@polis.org.br
Fone: (11) 3085-6877 / Fax: (11) 3063-1098

Com apoio financeiro da
EZE — Evangelische Zentralstelle für Entwicklungshilfe E. V.
Alemanha
e da
IAF - Fundação Interamericana
USA

PÓLIS / CENTRO DE
DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

*Urbe imensa,
Pensa o que é e será e foi
Pensa no boi
Enigmática máscara boi
Tem piedade
Megacidade,
Conta teus meninos
Canta com teus sinos
A felicidade intensa
Que se perde e encontra em ti
Luz dilui-se e adensa-se
Pensa-te
(Caetano Veloso — "Aboio")*

PÓLIS

Instituto de Estudos, Formação e
Assessoria em Políticas Sociais

O PÓLIS é uma entidade civil, sem fins lucrativos, apartidária e pluralista. O seu objetivo geral é a reflexão sobre o urbano e a intervenção no espaço público das cidades, contribuindo assim para a radicalização democrática da sociedade, a melhoria da qualidade de vida e a ampliação dos direitos de cidadania.

Sua linha de publicações visa abrir um canal de debates sobre um conjunto de estudos e pesquisas centradas na questão urbana. Volta-se, portanto, para subsidiar ações e reflexões de múltiplos atores sociais que hoje produzem e pensam as cidades na ótica dos valores democráticos de igualdade, liberdade, justiça social e equilíbrio ecológico. Seu público-alvo são os movimentos e entidades populares, ONGs, entidades de defesa dos direitos humanos, sindicais, de estudos e pesquisas urbanas, prefeituras e órgãos formuladores de políticas sociais, parlamentares compromissados com os interesses populares e universitários.

A temática destes estudos fundamenta-se nos campos de conhecimento que o PÓLIS definiu como prioritários em seu trabalho:

Gestão Democrática, Poder Local e Políticas Públicas — envolvendo temas como democratização da gestão municipal; descentralização política; reforma urbana; experiências de poder local; políticas públicas.

Participação Popular e Construção da Cidadania — envolvendo temas como participação; lutas sociais urbanas; conselhos populares; mecanismos jurídico-institucionais de participação; direitos de cidadania.

Meio Ambiente e Qualidade de Vida — envolvendo temas como meio ambiente urbano; saneamento ambiental; educação ambiental; políticas ambientais; estilos de desenvolvimento e aspectos político-culturais da qualidade de vida urbana.

Cultura Urbana — envolvendo temas como políticas culturais; cultura popular; o imaginário das cidades; valores e comportamentos dos cidadãos, cultura política; memória urbana; o fazer cultural nas cidades.

Estes campos de conhecimento são trabalhados na dimensão local e apresentam três eixos como referencial analítico: a discussão sobre a qualidade de vida; a busca de experiências inovadoras e a formulação de novos paradigmas para a abordagem da questão urbana e local.

O PÓLIS, para isso, além das publicações, se utiliza de instrumentos como seminários, cursos, workshops, debates, vídeos, pesquisas de opinião e pesquisas aplicadas. Possui uma equipe de profissionais habilitados para responder às exigências técnicas e às demandas próprias para a construção de um projeto democrático de gestão municipal.

Equipe do Pólis

Diretoria:

Silvio Caccia Bava, Maria Elisabeth Grimberg, Vera Telles, Hamilton José Barreto de Faria e Carlos Morales.

Equipe Técnica:

Ana Amélia da Silva, Anna Luiza Salles Souto Ferreira, Ana Luiza Motta, Christiane Costa, José Carlos Vaz, Marco Antonio de Almeida, Maria Conceição Sepúlveda, Marly Winckler, Nelson Saule Jr., Osmar de Paula Leite, Victor Augusto Petrucci, Rosana Elisa Catelli, Valmir de Souza, Ruth Simão Paulino, Jorge Kayano, Renata Villas-Boas.

Equipe Administrativa:

Jamil Rogério dos Santos, Maria Candida Alves, Paulo Bettinelli, Erica M. Letzerich, Daniel da Silva, Patricia Gaturamo, Ângela Maria Bezerra e Nilza A. de Paula.

Equipe de Realização

Organização da Publicação:

Elisabeth Grimberg

Entrevistas

Elisabeth Grimberg

Edição

Marly Winckler

Editoração Eletrônica

Jamil Rogério dos Santos

Capa

Manifestação Greenpeace "Cidades Livres de Carros"
— Foto Integração Natureza

O Futuro das Cidades

SUMÁRIO

	pág.
Apresentação	1
Introdução	3
Entrevistas e Artigos	
Jordi Borja	15
Enrique Ortiz	27
Nazareno Stanislau Affonso	39
Roberto Kishinami	51
Martin Longoria e Jose Ceballos	57
Arlete Moisés Rodrigues	66
Mario Vásconez	67
Regina Silvia Pacheco	73
Sonia Alves Calió	77
Tratado Sobre a Questão Urbana	87

APRESENTAÇÃO

A realização do Fórum Global, durante a Rio 92, foi um passo importante na construção de uma nova sociedade onde o desenvolvimento esteja associado ao equilíbrio do ecossistema e à dimensão humana e social. O debate sobre desenvolvimento urbano sustentável revelou-se como um dos mais ricos ao apresentar soluções e alternativas para a crise que vivem as grandes cidades do mundo. Participaram deste debate redes de ONGs e movimentos sociais e autoridades locais voltados para a defesa do direito à cidade associado ao direito ao meio ambiente.

O Tratado por Cidades, Vilas e Povoados, Justos, Democráticos e Sustentáveis foi um dos resultados mais significativos dos trabalhos desenvolvidos no Fórum Internacional de Reforma Urbana e Meio Ambiente, naquele contexto. Este documento continua sendo um instrumento atual na construção de uma base de cooperação entre os diversos atores sociais que intervêm no desenvolvimento urbano. Além disso, o Tratado está sendo referência para a definição de estratégias e políticas que viabilizem o processo de urbanização em condições que não ameacem a vida no planeta (ver Tratado, p. 87).

Esta publicação está divulgando algumas das reflexões mais representativas do debate sobre o futuro das cidades na perspectiva do desenvolvimento urbano sustentável. Tais reflexões trazem importantes contribuições para a intervenção no cenário político atual e apontam para questões fundamentais relativas ao presente e ao futuro das cidades.

O Futuro das Cidades apresenta entrevistas com Jordi Borja (Delegado de Cooperação Internacional da Prefeitura de Barcelona,

Co-Presidente Executivo do Programa Encontros Europa-América Latina); Enrique Ortiz (Secretário Executivo da Coalizão Internacional do Habitat); Mario Vásconez (Diretor do Centro de Investigação *Ciudad*, Vice-Presidente do Secretariado Internacional da Água); Jose Ceballos (Diretor da Copadeba e Membro do Comitê Executivo da Frente Continental de Organizações Comunitárias); Martin Longoria (Membro da Secretaria Executiva da Frente Continental de Organizações Comunitárias); Nazareno Stanislau Affonso (Secretario de Transportes da Prefeitura de Porto Alegre, Vice-Presidente da Associação Nacional de Transportes Públicos); Sonia Alves Calió (Diretora do Centro Informação Mulher, Conselheira Científica do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero da Universidade de São Paulo). Esta publicação apresenta também artigos de Roberto Kishinami (Coordenador de Energia e Atmosfera da Greenpeace, Especialista em Uso de Energia); Arlete Moisés Rodrigues (Doutora em Geografia, Professora da Unicamp) e Regina Silvia Viotti Pacheco (Membro de Direção do Secretariado Internacional da Água e Presidente do Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos).

Agradecemos a colaboração dos entrevistados e articulistas que possibilita a difusão de idéias e proposições que certamente irão enriquecer o debate sobre a premente questão da sustentabilidade urbana.

Elisabeth Grimberg

INTRODUÇÃO

MEIO AMBIENTE E CIDADES: um futuro sustentável

Os rumos do desenvolvimento urbano têm sido alvo crescente da atenção de órgãos governamentais, agências financiadoras, entidades da sociedade civil e especialistas de diversas áreas de conhecimento. Têm estimulado importantes articulações voltadas para uma gestão democrática das cidades, um planejamento urbano ético, o direito à cidadania, ou seja, condições de vida urbana digna para todos os cidadãos.

Entidades e redes sócio-ambientais, órgãos governamentais, instituições de pesquisa vêm desenvolvendo programas de intervenção e estudos sobre temas específicos como água, clima, energia, resíduos etc. As análises e diagnósticos tratam destes temas em sua dimensão global e local. A questão urbana está presente em ambos, seja pela demanda de recursos, seja pelo impacto destruidor causado pelo manejo inadequado dos mesmos ou dos resíduos produzidos.

O que tem se apresentado como inovador, nos últimos anos, é o tratamento destas questões específicas de forma integrada e sistêmica, tendo a dinâmica urbana como eixo de referência. Nessa mesma perspectiva, o enfoque do sistema urbano como parte do ecossistema global coloca em pauta a discussão de como garantir o desenvolvimento urbano sustentável. Essa visão, muito embora venha conquistando maior espaço, ainda deverá passar por um intenso embate com a concepção mais tradicional de desenvolvimento urbano, que trata a realidade de forma setorializada e fragmentada.

Eventos realizados recentemente apontam nesse sentido. O Fórum Internacional de Reforma Urbana e Meio Ambiente, que

ocorreu durante o Fórum Global 92, representou um salto qualitativo na articulação internacional de uma rede de defesa da sustentabilidade urbana. Em outubro-novembro de 1992 este Fórum deu continuidade aos trabalhos iniciados naquela ocasião, em reunião realizada na República Dominicana (ver artigo de Rodrigues, p. 66).

Direito à cidade, meio ambiente e desenvolvimento sustentável foram considerados pontos fundamentais durante a Assembléia Anual do *Habitat International Coalition* (HIC), realizada em setembro-outubro de 1993, nas Filipinas. Um grande evento programado para junho-julho deste ano, em Manchester, o Fórum Global 94, escolheu como tema principal "Cidade e Desenvolvimento Sustentável". Em documento produzido pelo Centro para Nosso Futuro Comum, entidade que participou do início do processo de organização do evento, a questão urbana é mencionada como uma das "principais prioridades do movimento mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento".

Como o padrão de produção e consumo que caracteriza o atual estilo de desenvolvimento tende a consolidar-se crescentemente no espaço das cidades, estas tornam-se cada vez mais o foco principal na definição de estratégias e políticas de desenvolvimento.

As áreas urbanas em todo o mundo são consideradas locais privilegiados para geração de emprego, para a inovação, para ampliar as oportunidades econômicas. Os centros urbanos revelam uma enorme agilidade na construção de uma rede de relações no plano da economia, da política, da cultura, conectando zonas rurais, pequenas e médias cidades. No marco destas transformações uma parcela significativa da população mundial passou a ter acesso a um nível de consumo e riquezas sem precedentes (Mitlin e Sattertwate, 1991). Um quinto da população mundial que desfruta de um nível alto de consumo e outro um quinto que desfruta de um consumo moderado (satisfazendo suas necessidades básicas) devem às cidades o padrão de vida que possuem.

Na outra face do espaço urbano estão os excluídos, aqueles que não satisfazem suas necessidades materiais básicas ($\frac{3}{5}$ da população mundial). Cerca de 45% da população do mundo concentra-se, hoje, em cidades, sendo que uma parcela significativa vive em países de Terceiro Mundo e podem ser considerados como "deserdados do planeta". Estimativas apontam que no ano 2000 apenas um entre cada cinco habitantes do mundo viverá em um habitat em condições aceitáveis — dispondo de moradia e infra-estrutura básica (Alva, 1991).

Ainda que de forma diferenciada, cidades do mundo inteiro defrontam-se com este quadro de inclusão-exclusão. Conforme coloca Borja, "por um lado criam-se espaços públicos e se socializa a vida urbana e, por outro, crescem as zonas privatizadas (áreas comerciais, grupos residenciais); aumenta a oferta de serviços públicos e de equipamentos coletivos, mas também o número de pessoas que vivem ilhadas em áreas degradadas ou periféricas, sem meios para informar-se e para ter acesso a estes equipamentos" (Borja, 1993:189-221).

Na busca de alternativas que apontem para um desenvolvimento que garanta uma melhor qualidade de vida urbana formam-se inúmeras redes internacionais de intercâmbio e cooperação de caráter municipalista: Federação Mundial de Cidades Unidas, União Internacional de Autoridades Locais, Movimento Eurocidades, Associação das Grandes Metrópoles. Estas redes possibilitam o diálogo entre dirigentes municipais, técnicos de instituições públicas e privadas, ONGs e especialistas de diversas áreas de conhecimento, criando condições para a construção de uma nova ordem nas cidades (ver entrevista com Borja, p. 15).

Igualmente importantes são as redes que integram representantes do movimento popular, sindical e ambientalista e/ou incorporam em suas plataformas de luta a questão sócio-ambiental. Essa parceria expressa um avanço na compreensão da problemática urbana, no sentido de superar a visão que atribui estatuto diferenciado para a questão da pobreza e da deterioração do meio ambiente — ambos se originam de um estilo de desenvolvimento que gera desigualdades sociais e desequilíbrio ambiental. Por outro lado, esta não-dicotomização da realidade amplia o potencial de ação destes atores. *Habitat International Coalition* (HIC), *Frente Continental de Organizaciones Comunales* (FCOC), Fórum Brasileiro de Reforma Urbana, Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento são exemplos de redes que sustentam essa visão (ver entrevistas com Ortiz, p. 27 e com Longoria e Ceballos, p. 57).

O padrão excludente e predatório do atual estilo de desenvolvimento urbano tem propiciado também o surgimento de movimentos com um caráter muito particular — seus integrantes questionam o fato das políticas governamentais impulsionarem ou permitirem um desenvolvimento urbano que destrói outros modos de vida. A luta recente de duas comunidades mexicanas serve para ilustrar a resistência ao modo como vem se dando a expansão

urbana e coloca a possibilidade de convivência entre modos de vida distintos.

Em documento do *Habitat International Coalition*, "*Xochimilco — Participacion Popular en el Plan de Rescate Ecologico*", tem-se o relato da luta destas duas comunidades de origem pré-hispânica, assentadas no Vale do México. Este lugar foi declarado Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade pela UNESCO. O crescimento desordenado da cidade do México ocorreu em um dos vales agrícolas mais produtivos do mundo. As comunidades que vivem nessa região desenvolvem sua economia e cultura estabelecendo um vínculo muito grande com a terra. Seu sistema de cultivo (*chinampa* e *ejido*) alcança uma média de cinco colheitas anuais e os métodos de regeneração da terra utilizados dispensa fertilizantes e defensivos agrícolas, o que garante produtos livres de substâncias químicas.

A extração excessiva de água dos mananciais dessa região, para atender a demanda da cidade do México, provocou grandes movimentações do subsolo, o que, somado à inundação das terras com água tratada de forma ineficiente, levou à diminuição do nível de produção agrícola do Vale. O plano governamental foi rejeitado pela população organizada por várias razões: implicaria no avanço da mancha urbana sobre a região, eliminando um dos últimos grandes pulmões dessa megalópole; provocaria o desemprego de aproximadamente trinta mil camponeses; diminuiria a produção de alimentos, levando ao aumento do seus preços e, por fim, o deslocamento das comunidades destruiria suas raízes históricas, aniquilando os últimos vestígios culturais pré-hispânicos que subsistem no Vale do México.

Na declaração da "*Frente Emiliano Zapata para la Defensa del Ejido*" percebe-se uma compreensão integrada dos elementos que estão presentes nesta realidade: "Declaramos ante o mundo que somos responsáveis pela conservação de nossas terras para benefício da comunidade que habita o Vale do México e de nossas futuras gerações; também declaramos que nossas terras têm uma capacidade agrícola das mais altas do mundo, que pretendemos conservá-las para produzir alimentos, conscientes de que nossa Pátria é cada dia mais dependente de alimentos produzidos por outras nações; que não queremos legar a nossos filhos uma Pátria como a que temos hoje; que a conservação desta terra agrícola garante o pleno equilíbrio ecológico e do meio ambiente; que nossa terra proporciona à cidade do México alimentos, plantas, flores, água potável oxigênio, empregos e a vida em si; que conservá-la

significa resguardar grande parte de nossa Cultura Pré-hispânica, nossas raízes e nossa história" (Godoy e Legorreta, 1-5).

O que está em questão não é a integração das "minorias" — comunidades agrárias, indígenas, povos da floresta — às novas tendências da estrutura urbana mundial, mas a garantia das condições para a manutenção da diversidade de culturas, com seus rituais e valores, modos de produção e tecnologias próprias. As comunidades atingidas pelo fenômeno do crescimento urbano têm defendido seu direito de manter-se em seus locais de origem, na terra onde nasceram e viveram seus antepassados. Ironicamente, em um momento em que o mundo é chamado a promover o desenvolvimento sustentável, estas comunidades, que já dispõem de técnicas e conhecimentos que garantem, em condições sustentáveis, a reprodução da sua comunidade e das populações que se beneficiam de sua produção, estão sendo ameaçadas.

A construção de um novo projeto de desenvolvimento urbano terá que resolver a questão do crescimento das cidades, seja pelo aspecto da legitimidade de diferentes culturas coexistirem num mesmo espaço e tempo, seja pela necessidade de respeitar os limites do meio ambiente. O alastramento das cidades, atendendo centralmente a interesses privados, produz a destruição de recursos em níveis que podem comprometer a satisfação das necessidades da sociedade presente e futura. Amplia-se a consciência coletiva de que as cidades estão estreitamente vinculadas ao ambiente natural circundante em sua necessidade de matéria-prima, suprimento de água, alimentos. E que é preciso assegurar a preservação do meio natural para a reprodução da vida no meio rural, o que, por sua vez, viabiliza a produção dos bens consumidos no meio urbano.

Estudos realizados pelo *Worldwatch Institute* apontam que o crescimento da cidade de Bangcoc destruiu 3.200 hectares de terras agrícolas por ano ao longo de uma década — área equivalente a mais da metade de Manhattan; a solução da escassez hídrica de Las Vegas deverá implicar na construção de um sistema de 1.600 quilômetros de encanamentos para transporte de água de regiões vizinhas ecologicamente frágeis; em Nova Iorque a população cresceu apenas 5% nos últimos 25 anos, mas a área desenvolvida aumentou 61%, reduzindo quase um quarto da área livre, florestas e terras agrícolas da região (Lowe, 1992).

O crescimento das cidades está intrinsecamente relacionado com o aumento do número de pessoas que as escolhem como local para viver. Entre 1950 e 1980, praticamente triplicou o número de pessoas que vivem em cidades, atingindo 1,25 bilhão. Nos países

industrializados a população urbana passou de 447 milhões para 838 milhões e nos países de Terceiro Mundo aumentou de 286 para 1,14 bilhão, ou seja, quadruplicou. A crescente concentração de populações no meio urbano vem acompanhada pela deterioração da saúde humana e por condições insalubres dos assentamentos, especialmente em cidades da América Latina, África e Ásia. Trinta a sessenta por cento da população de muitas destas cidades vivem em assentamentos ilegais e na mais absoluta miséria.

A busca da cidade na expectativa de uma vida melhor decorre de um estilo de desenvolvimento que inviabiliza crescentemente a sobrevivência de amplas camadas da população mundial através da produção agrícola de subsistência e da extração de recursos das florestas. Cerca de 3 bilhões de pessoas, ou seja, mais da metade da população da Terra, vivem destes tipos de economia e a cada ano deparam-se com níveis maiores de pobreza e, conseqüentemente, exercem maior pressão sobre o meio ambiente, seja urbano ou rural, para obterem o mínimo necessário (Jacobson, 1993).

Na raiz da chamada explosão demográfica está a forma perversa de apropriação e gestão do meio ambiente, que implica, por um lado, na desigual distribuição da renda obtida na exploração dos recursos, e, por outro, na migração de grandes contingentes populacionais para espaços urbanizados na esperança de se integrarem econômica e socialmente. Este movimento migratório ocorre tanto internamente em países do Hemisfério Sul, quanto destes para os países do Norte. Em ambas situações o quadro que se segue é o de exclusão social, miséria e desrespeito aos direitos mais elementares de cidadania.

Diante desta situação identificam-se segmentos que defendem políticas de controle populacional para países de Terceiro Mundo, pois atribuem às populações pobres uma parcela grande de responsabilidade nas questões relativas às dificuldades de desenvolvimento e danos ao meio ambiente. Banco Mundial, *United States Agency for International Development*, lobby norte-americano de população e algumas ONGs ambientalistas, defendem como estratégia central para resolver estes problemas a canalização de mais recursos financeiros para programas de planejamento familiar — o alvo central de atuação é a redução dos níveis de fecundidade nos países do Sul. Em momento algum coloca-se para os agentes promotores de políticas de controle populacional a questão do impacto sobre os recursos naturais causado pelos padrões de produção e consumo nos países

industrializados. Tampouco considera-se os Estados Unidos um país superpovoado apesar de seus 240 milhões de habitantes e o correspondente impacto de seu padrão de produção e consumo sobre os recursos naturais planetários — basta mencionar que um americano consome, em média, 250 vezes mais que um nigeriano (Mello, 1992). A desigualdade Norte-Sul é estimada em $\frac{1}{20}$, segundo vários indicadores sócio-econômicos e a manterem-se as atuais tendências chegará a ser de $\frac{1}{50}$ no século XXI (Alva, 1991).

Outro argumento que questiona as estratégias controlistas são as taxas decrescentes de fecundidade nos países de Primeiro Mundo e em muitos países do Terceiro Mundo. Em 1950 os países mais industrializados representavam 33% da população mundial, no presente correspondem a 22% e, em 2025 serão 17%. Hoje estes países convivem com a ameaça de uma "implosão populacional" (Berquó, 1993) — os níveis de fecundidade dos países mais industrializados estão abaixo dos níveis de reposição, trazendo problemas tais como o envelhecimento da população, a perda da criatividade cultural etc.

Apesar de se encontrarem em distintas etapas de transição demográfica, os países de Terceiro Mundo vêm apresentando taxas decrescentes de fecundidade. Na América Latina essas taxas vêm diminuindo significativamente nas últimas três décadas, o que leva a demógrafa Elza Berquó a afirmar que o continente latino-americano está "distante de um perigo de explosão demográfica" e que os países asiáticos em desenvolvimento também caminham nessa direção (Berquó, 1993:4-6).

Vários países africanos também vêm apresentando essa mesma tendência de declínio em suas taxas de fecundidade — Botsuana, Zimbábue, Quênia, Gana, Sudão e Togo (Banco Mundial, 1992). O crescimento populacional associado ao meio urbano, por sua vez, é uma discussão controvertida, porque muitos especialistas questionam a ocorrência de uma rápida urbanização dos países "menos desenvolvidos" no ritmo que se deu nos últimos 40 anos e também o crescimento das megacidades anunciado pela ONU. Outro aspecto a ser considerado, que minimiza o problema do acelerado crescimento da população, é a redução das taxas de aumento populacional no meio urbano nestes mesmos países — passou de 5,2% ao ano em fins da década de 50 para 3,4% nos anos 80 (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991).

A reorientação das políticas de desenvolvimento é hoje um dos argumentos centrais do movimento internacional de mulheres

e de setores que defendem os direitos reprodutivos como princípio fundamental a ser considerado nas discussões que envolvem a questão populacional. Redefinir a distribuição global de recursos entre o Norte e o Sul é pressuposto básico para um conseqüente equacionamento do problema (ver entrevista com Calió, p. 77).

Entretanto, ainda que se considere como central a redefinição do estilo de desenvolvimento e apesar das taxas declinantes de aumento populacional nos países de Terceiro Mundo, a permanecer as atuais tendências de crescimento das cidades nesta região, haverá um aumento de 750 milhões em sua população no ano 2000 (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991).

Essas previsões, associadas às condições de moradia e infra-estrutura das cidades destes países, colocam-se como desafio para aqueles que intervêm e participam de formas variadas nos seus destinos. A dinâmica urbana está entrelaçada à rural, portanto trata-se de resolver distorções políticas que permitem a concentração da terra, cujo resultado é o êxodo das populações em direção às cidades. Em síntese, a estratégia correta é dar condições para as populações se reproduzirem em seus locais de origem e não controlar o ritmo do crescimento urbano através de políticas de controle da natalidade.

A reestruturação da dinâmica urbana é outro aspecto a ser considerado, o que nos remete à gestão das cidades. Nessa perspectiva vamos elencar algumas propostas que apontam para o gerenciamento integrado das cidades.

1. Uma gestão democrática da cidade que garanta condições de moradia, infra-estrutura básica e equipamentos sociais ao conjunto da população e que se constitua em instrumento de integração de uma grande massa de excluídos urbanos.

2. Políticas governamentais voltadas para a sustentabilidade urbana de forma a tornar as cidades mais compactas (zoneamento espacial e políticas fiscais que protejam as áreas rurais) e com maior eficiência nos transportes, no uso de energia e na construção.

3. Uma concepção de zoneamento urbano que permita a convivência entre usos residenciais, industriais e comerciais e favoreça a utilização mais intensa de transporte não motorizado — o andar a pé e de bicicleta. Um sistema múltiplo de transportes públicos — trens, metrô, ônibus — que estabeleça a conexão entre bairros e centros urbanos com serviços diversificados (ver entrevista com Affonso, p. 39 e artigo de Kishinami, p. 51).

4. Definição de estratégias e políticas de uso e conservação dos recursos hídricos de maneira a evitar o desperdício e a co-responsabilizar empresas, governos e sociedade civil na sua gestão (ver entrevista com Vástonez, p. 67 e artigo de Pacheco, p. 73).

5. Estabelecimento de soluções combinadas para manejo dos resíduos urbanos, priorizando a redução das fontes de detritos, reutilização dos resíduos e reciclagem.

Em algumas cidades do mundo já existem iniciativas no sentido de promover um gerenciamento integrado das atividades urbanas que aumente a qualidade de vida da população e preserve o equilíbrio ambiental. Contudo, a concepção de desenvolvimento urbano sustentável ainda não serve de paradigma para a ação dos dirigentes políticos, o que ainda predomina é uma visão desenvolvimentista que enfatiza o crescimento econômico. Avançar em direção à sustentabilidade urbana pressupõe o compromisso com uma nova ética social que se fundamente na valorização do cidadão, no desenvolvimento humano e no respeito à diversidade cultural. Desta perspectiva, governos e sociedade civil desempenharão um importante papel no processo de construção de cidades ambientalmente sustentáveis e socialmente justas.

Elisabeth Grimberg

Referências Bibliográficas

- ALVA, Eduardo Neira. Medio ambiente y habitat: recursos, accesibilidad, tecnologia, infraestructura. México: Habitat International Coalition, 1991. 12 p.
- BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1992: desenvolvimento e meio ambiente. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992. 305 p.
- BERQUÓ, Elza. Un ajuste de cuentas después de diez años. Conciencia Latinoamericana, Montevideo, v. 4, n. 4, p. 4-6, oct./dic. 1993.
- BORJA, Jordi. Notas sobre ciudades, gobiernos locales y movimientos populares. In: GRAZIA, Grazia de, org. Direito à cidade e meio ambiente. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Reforma Urbana, 1993. 288 p. p. 189-221
- BROWN, Lester R., org. Qualidade de vida 1992 salve o planeta: um relatório do Worldwatch Institute sobre o progresso em direção a uma sociedade sustentável. São Paulo: Globo, 1992. 322 p.
- BROWN, Lester R., org. Qualidade de vida 1993 salve o planeta: um relatório do Worldwatch Institute sobre o progresso em direção a uma sociedade sustentável. São Paulo: Globo, 1993. 336 p.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430 p.
- CONCIENCIA LATINOAMERICANA. Montevideo, v. 4, n. 4, oct./dic. 1993.
- ENFOQUE FEMINISTA. São Paulo, v. 3, n. 4, abr. 1993
- GODOY, Lucas; LEGORRETA, Jorge. Asentamientos humanos, desarrollo y medio ambiente: Xochimilco — Participacion Popular en el Plan de Rescate Ecologico. México: Habitat International Coalition. 8 p.
- GRAZIA, Grazia de, org. Direito à cidade e meio ambiente. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Reforma Urbana, 1993. 288 p.
- JACOBSON, Jodi L. A discriminação contra a mulher no processo de desenvolvimento. In: BROWN, Lester R., org. Qualidade de vida 1993 salve o planeta: um relatório do Worldwatch Institute sobre o progresso em direção a uma sociedade sustentável. São Paulo: Globo, 1993. 336 p. p. 93-115
- LOWE, Marcia D. O planejamento das cidades. In: BROWN, Lester R., org. Qualidade de vida 1992 salve o planeta: um relatório do

Worldwatch Institute sobre o progresso em direção a uma sociedade sustentável. São Paulo: Globo, 1992. 322 p. p. 161-182

MELLO, Fátima Vianna. Tendências das políticas de população nos anos 90. Enfoque Feminista, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 4-14, abr. 1993

MITLIN, Diana; SATTERTHWAITTE, David. Desarrollo sustentable y ciudades: un marco de trabajo para discutir la relacion entre ciudades y desarrollo sustentable. México: Habitat International Coalition, 1991. 43 p.

Jordi Borja

"O século XX é o século das cidades. O século XXI será o da urbanização do mundo".

Jordi Borja é Delegado de Cooperação Internacional da Prefeitura de Barcelona e Diretor Executivo do *Programa Cities*. Co-Presidente Executivo do *Programa Encuentros Europa-América Latina*. Presidente de *Tecnologias Urbanas de Barcelona* e Membro de *Consultores Europeos Asociados*.

A partir de sua participação no Fórum Global e no Fórum Mundial de Associações Internacionais de Cidades como você avalia a repercussão destes encontros para o futuro das cidades a nível mundial?

Inicia-se uma época diferente, nova, quanto ao tratamento internacional destes temas. Por um lado, é muito importante que as cidades tenham levado propostas à Conferência, e, por outro, a celebração do Fórum Global, esta assembléia de ONGs e Movimentos Sociais, cria elementos de pressão sem os quais os governos dificilmente assumiriam compromissos importantes. É uma oportunidade e gera oportunidades para o futuro.

Que iniciativas têm sido relevantes na busca de novas formas de resolução dos problemas urbanos?

Exemplos múltiplos, um deles seria o encontro, no Rio, das duas principais ONGs de cidades, a Federação Mundial de Cidades Unidas e a União Internacional de Autoridades Locais (IULA), além de outras organizações mundiais ou regionais de cidades, como a Associação Mundial de Grandes Metrôpoles (METROPOLIS), a Conferência de Cúpula das Grandes Cidades do Mundo (SUMMIT), a União de Cidades Capitais Ibero-americanas (UCCI), a União de Cidades de Possessão Francesa, a União de Cidades Árabes, a União de Cidades Asiáticas etc. Neste encontro, definimos posições comuns e conseguimos que houvesse uma sessão especial na Conferência das Nações Unidas e que se designasse alguns porta-vozes para levar nossas posições à conferência dos governos, que aconteceu em janeiro em Montreal. Ademais, incorporamos um porta-voz das ONGs na Conferência das Nações Unidas (CNUMAD), Henrique Ortiz, secretário executivo da Coalizão Internacional do Habitat (HIC).

Outro exemplo de grande importância, que ocorreu durante a Rio 92, foi o Fórum Internacional de Reforma Urbana e Meio Ambiente. Vários dirigentes populares de toda a América e de outras partes do mundo, juntamente com organizações de caráter mais profissional e técnico, bem como representantes políticos de governos de cidades, estiveram debatendo num ambiente muito mais vivo do que o da Conferência das Nações Unidas. Eu mesmo fui conferencista neste Fórum. Isto significa que há pontos de contato entre governos locais, setores intelectuais, profissionais e organizações populares a nível mundial, o que é novo.

Está se gerando um espaço internacional que não existia até agora. A propósito, gostaria de citar exemplos concretos de formas de crescente cooperação entre cidades européias, nos quais Barcelona está envolvida. Há uma organização que agrupa todos os municípios, províncias e departamentos europeus, tanto da Comunidade Européia, quanto de fora, que se chama Conselho de



Maria Marta Vasconcelos

Barcelona

Municípios e Regiões da Europa, que desde maio de 1992 é presidido pelo prefeito de Barcelona. Dentro deste mesmo campo há o Movimento Eurocidades, uma instância mais ágil, que agrupa cerca de 50 cidades, sobretudo da Comunidade Européia. Esse Movimento, cujo núcleo diretivo é constituído por Frankfurt, Birmingham, Lisboa, Lion, Barcelona, Milão e Roterdam, tem uma influência muito grande na modificação progressiva da política da Comunidade Européia, fazendo com que esta leve mais em conta os problemas das cidades. Outras cidades incorporaram-se mais recentemente: Estrasburgo, Bordeaux, Amsterdam, Anvers, Manchester, Glasgow, Madrid, Valência, Turim, assim como Praga, Budapeste e São Petersburgo.

Um segundo caso de cooperação são as relações que Barcelona estabeleceu especialmente com várias cidades da

América Latina e de outras partes do mundo. Neste momento temos convênios de colaboração com a Cidade do México, Monterrey, Leon (Nicarágua), Quito, Lima, Santiago do Chile, Valparaíso, Buenos Aires, La Plata, Rosário, São Paulo, Rio de Janeiro, Santos, Porto Alegre, Montevideu, Assunção e começamos a trabalhar na Jamaica. Temos também uma relação contínua de intercâmbio e assessoria com a Colômbia, especialmente com Bogotá.

Estes convênios abrem caminho e temos que encontrar a maneira de avançar por ele, tanto conseguindo mais apoio, quanto mais financiamento de organismos nacionais e internacionais de cooperação. Muitas vezes é difícil, porque os governos de algumas cidades atuam de forma muito burocrática e temos dificuldade de fazer chegar nossos projetos às comissões mistas entre governos. Às vezes também temos dificuldade para colaborar mais com os organismos internacionais devido à intermediação burocrática dos próprios governos, aos quais caberia ter mais sensibilidade e tratar diretamente com as cidades. Por outro lado, temos que encontrar recursos próprios, conscientes de que as coisas têm um custo e que é preciso pagá-lo; conscientes também de que as cidades têm recursos além dos governamentais, tais como as ONGs, as organizações populares, os organismos empresariais e profissionais e as universidades. Muitas vezes os governos das cidades têm dificuldades de criar mecanismos que permitam a utilização ótima dos recursos existentes em nossa sociedade local.

Em nosso caso criamos um organismo que, espero, tenha uma certa eficácia. Temos, há mais de dois anos, uma empresa que se chama Tecnologias Urbanas de Barcelona (TUBSA), destinada fundamentalmente a implementar projetos concretos e assessorias entre cidades. A TUBSA é uma empresa mista formada por empresas públicas e privadas para fazer projetos no marco da cooperação internacional. Esta empresa permite uma atuação de maior alcance, que vai além de assessorias, encontros e seminários. Propõe-se a implementar projetos mais sólidos ou mais duradouros do que aqueles que põem em contato dirigentes políticos ou especialistas sobre um tema em um dado momento.

Quais as principais diferenças que marcam os processos de desenvolvimento urbano em países do Primeiro e do Terceiro Mundo?

À medida que o tempo passa e que mais relações se estabelecem entre países e pessoas, sou cada vez menos partidário de manter esta distinção rígida entre países desenvolvidos e não-desenvolvidos porque, no fundo, mesmo não estando consciente disso e tendo posturas progressistas, está se admitindo um certo atraso em relação a uma situação a que se chegará. As coisas são mais complexas.

Dizer que as cidades da América Latina são subdesenvolvidas e que as cidades da América do Norte são superdesenvolvidas não ajuda a entender os fenômenos. Existem diferenças evidentes de urbanização, renda, padrão de consumo e de qualidade de vida entre cidades latino-americanas, norte-americanas e européias. Mas é igualmente importante salientar que nas cidades da América Latina há muitos elementos altamente modernos e dinâmicos e, no mundo mais desenvolvido, também nos deparamos com enormes desigualdades, grandes bolsões de pobreza e marginalidade.

É preciso oferecer mais possibilidades de colaboração, de aproximação de posições, de forma a se definir alguns objetivos comuns entre movimentos políticos, populares e intelectuais de ambos os mundos. No caso da América Latina e de países menos desenvolvidos, ainda que não me agrada muito utilizar esta distinção, há três diferenças importantes, pelo menos em relação à Europa Ocidental, pois nos Estados Unidos é um pouco diferente.

Primeiro, a cidade na América Latina está menos pronta, menos construída. A cidade física, articulada, que viabiliza a água, o transporte coletivo, o saneamento e a distribuição dos equipamentos básicos, em áreas como saúde e educação, está muito menos realizada. Cinquenta por cento da cidade na América Latina é ilegal. Muita gente não pode dispor de títulos legais de posse da terra ou contratos de aluguel da casa onde vive. A urbanização ilegal é agravada por altas taxas de crescimento, devido tanto às altas taxas de natalidade como de imigração, enquanto que as grandes cidades européias crescem muito pouco e somente em suas periferias metropolitanas. Portanto, **a questão é completar a cidade real, dando-lhe qualidade urbana indispensável, ou seja, legalizar a cidade real.**

Segundo, em quase todos os países da Europa Ocidental há uma grande tradição de governos locais democraticamente eleitos — na América Latina essa tradição é menor. Mesmo quando eleitos, o foram através de processos muito excludentes, manipulatórios; só uma parte da população teve direito a voto e isso deu lugar a que os movimentos populares tivessem uma relação muito mais difícil, às vezes uma não-relação, com os governos locais. Essa dialética entre governos locais democráticos e movimentos sociais, organizações populares etc., que está ocorrendo agora na América Latina, é um fenômeno recente.

Terceiro, o fato de que na América Latina, e em outros países, o Estado do Bem-Estar Social não tenha se constituído de maneira a permitir que os recursos básicos, como educação e assistência social, chegassem a todos ou quase todos, fez com que os movimentos populares tivessem que desenvolver estratégias de sobrevivência e formas de autogestão para assegurar alimentação, compras comuns etc. Na Europa isso existiu em outra época, no

surgimento do movimento operário — "vamos unidos às cooperativas de consumo", "às casas do povo". Isto foi substituído mais tarde por um sistema público de serviços básicos à população.

Estas três dimensões — uma urbanização que não cobre a cidade real, uma escassa tradição de governos locais democráticos que permita uma dialética efetiva com os movimentos populares e o fato dos movimentos sociais atenderem as necessidades básicas de sua população — são diferenças a ter-se em conta, mas que não impedem que se encontre terrenos comuns de reflexão e ação.

Existe uma discussão, hoje, no Brasil, que diz que quanto mais se estimula a produção e os serviços nas grandes e médias cidades, sem promover condições de trabalho, moradia etc., no campo, mais se favorece as migrações para os pólos urbanos e, conseqüentemente, o crescimento desordenado das cidades. Como você se posiciona diante desta questão?

Precisamos estar conscientes das limitações da ação política, ela não pode ordenar totalmente os processos econômicos, os movimentos das populações, migrações etc. Me parece utópico pretender que haja uma política que pare o desenvolvimento das cidades e desenvolva outras formas de organização social. Esse tipo de visão pressupõe um Estado ultraforte que possa dirigir movimentos de populações, movimentos de capital etc. A economia funciona sobretudo através de funções múltiplas de agentes econômicos, de investidores, do mercado e também através de movimentos de populações que têm suas referências sociais e culturais. Uma delas é a opção pela forma de vida urbana. Isto não deveria impedir uma política voluntarista em favor do desenvolvimento regional e de centros intermediários, especialmente mediante infra-estruturas públicas e vantagens fiscais aos investidores privados. Porém, são políticas de eficácia relativa ou a médio prazo.

Como será o mundo no século XXI?

Temos que assumir que o mundo no século XXI será um mundo totalmente urbano. O século XX é o século das cidades. O século XXI será o da urbanização do mundo. Quais são as contradições geradas por este mundo urbanizado? Urbanizar significa ter alguns pontos muito concentrados e outros muito vazios? Quer dizer um sistema de cidades muito articulado? Implica que uma grande cidade tenha um só centro ou uma distribuição funcional das atividades, ou uma pluralidade de centros? Há muitas perguntas. Não se pode colocar em termos esquemáticos que o campo se despova e que a grande cidade cresce cada vez mais.

Temos que assumir que uma parte do mundo, incluindo a América Latina, viverá urbanizada através de um sistema de

grandes cidades, muito grandes-mundiais, como São Paulo, Rio de Janeiro, Buenos Aires e cidades grandes-regionais como Porto Alegre, Campinas, Recife, Curitiba, Belo Horizonte, Córdoba, Rosário e outras que são capitais de países na América Latina.

Este sistema de cidades é um capital importante para a América Latina, uma vez que as grandes cidades podem concentrar um terciário superior de alta qualidade, ser pontos de referência para a economia mundial e também lugares de inovação cultural e política. Eu não teria a visão catastrófica e negativista de que os problemas são gerados pelas cidades maiores. Cidades como México, São Paulo, Rio de Janeiro e Bogotá têm um papel muito importante a cumprir no futuro da América Latina e do mundo. Porém aquelas que chamei de grandes-regionais, ou médias,



Barcelona

Maria Marta Vasconcelos

jogaram um papel essencial para articular novos espaços econômicos como o Mercosul, e para difundir o desenvolvimento.

Com relação às super-grandes é fundamental que se entenda que não somente é conveniente que estas cidades não continuem a crescer no mesmo ritmo (isto seguramente não ocorrerá), mas que se trace uma política de cidades-região para as mesmas. É preciso que as cidades não tenham apenas um centro, mas uma pluralidade de centros, com um sistema de mobilidade e comunicação que permita que os cidadãos de uma parte da cidade possam desfrutar da qualidade de vida de outra parte.

No caso do Rio de Janeiro, foi importante comunicar os bairros da zona norte, mais proletários, com os da zona sul, mais lúdicos e com mais facilidade de acesso à praia. Junto a isso é importante que se desenvolvam cidades médias ou meio-grandes e isso já ocorre. A contaminação atmosférica, sonora e da água, as dificuldades de mobilidade, o desperdício energético, os impostos cada vez maiores, pressupõem custos de tal ordem, tanto públicos quanto privados, que vai se preferir investir em cidades menores. Não como efeito das políticas, mas como efeito das decisões empresariais ou profissionais, porque, por mais que se faça, há grandes dificuldades nas áreas centrais. Isto fará com que muitas cidades médias tenham um futuro muito importante nos próximos anos, como já vem acontecendo no Brasil.

Como serão as relações campo-cidade?

Não temos que imaginar que o século XXI encontrará um mundo campo-cidade, será um mundo urbanizado. Este mundo urbanizado, o que agora chamamos de campo, se caracterizará seguramente por formas de vida e de atividade econômica em que a produção agrícola estará muito ligada à residência urbana em cidades médias e pequenas e muito articulada com as grandes cidades. Esta divisão campo-cidade já pertence a outra época.

Chamou-me a atenção a quantidade de falas, principalmente de comunidades indígenas mexicanas, reivindicando a garantia de seu modo de vida. Eles recebem propostas de empreiteiras e outros para se retirarem de seus locais de moradia, cujo argumento é de que as cidades estão feias, velhas e que serão transferidos para lugares melhores, mais "modernos". Em que medida é possível conciliar esse processo de urbanização do mundo com o respeito e a garantia de outras formas de organização da vida?

Parece-me que, em um mundo tão interdependente e tão relacionado, a marginalização econômica não é uma boa forma de manter a identidade cultural. Os grupos e as minorias culturais são de muitos tipos: são as minorias indígenas, mas também as étnicas, resultado das migrações. A América do Norte começa novamente

a ter muitas minorias de origem eslava, por exemplo, para não citar as africanas.

Devemos ter em conta que há e haverá cada vez mais minorias culturais nas grandes cidades. Nos Estados Unidos, e também nas cidades da América Latina, há componentes culturais diversos porque o mundo se universalizou muito. É a famosa aldeia global. As pessoas precisam de signos de identidade locais precisamente porque as cidades são muito grandes e tendem a formas de anonimato, a construir ou reconstruir uma cultura cidadã, o que, por sua vez, deve passar pela existência de grupos, com consciência de bairro, com consciência de grupo. Creio que é positivo que as pessoas nas grandes cidades tenham consciência de bairro, de minoria, por serem negros, judeus etc. É importante que tenham estruturas de agregação territorial e simbólica, estruturas de identificação cultural suburbana para integrarem-se melhor coletivamente nessa estrutura urbana mundial.

Quanto às comunidades indígenas, trata-se de encontrar um compromisso entre sua articulação com a economia global e sua comunicação com as estruturas políticas administrativas que prestam serviços públicos, não apenas respeitando, mas apoiando a manutenção de sua identidade cultural. Faz parte da riqueza de um país e da felicidade de sua população que estes grupos não só defendam sua identidade cultural mas a desenvolvam. Isto quer dizer que no futuro certamente haverá predominância de núcleos urbanos, lugares terciários e residenciais combinados com zonas de atividade agrícola. Nestes núcleos, poderá haver uma hegemonia política e cultural indígena. É preciso apoiar esta hegemonia, esta identidade, seja a nível de estado ou de município. Convém que não se tenha uma atitude defensiva de preservação que isole, mas uma atitude de articulação em estruturas mais globais, visando reforçar a própria identidade.

No começo da década de 80 a experiência japonesa mostrou que era possível manter o desenvolvimento econômico mesmo com a diminuição da oferta de energia. De algum modo viu-se que era possível romper com a lógica de que o aumento de demanda por energia deveria ser acompanhado necessariamente pelo aumento da oferta. Hoje, nas cidades, vê-se que não é mais possível responder ao aumento da demanda por mercadorias com o aumento da oferta, ou seja, aumentar indefinidamente a produção. Aparentemente é nesse sentido que se coloca também a proposta do "Não-Transporte". Esta é uma tendência que está se verificando? Como é possível compatibilizar o não-atendimento linear da demanda com a dinâmica do mercado?

Em primeiro lugar tem-se que garantir o direito à mobilidade. A possibilidade de ir de um ponto a outro em uma zona urbanizada faz parte das liberdades individuais básicas. Portanto, creio que

pode ser muito negativo e reacionário um propósito de limitar a mobilidade e o transporte público. É preciso entender que nas grandes regiões metropolitanas existem cidades pluricentrais e deve-se maximizar as possibilidades de não viver muito longe do trabalho, sem fazer disso um princípio rígido. Do contrário corre-se o risco de construir guetos ou programar utopias. O que define uma zona altamente ou mais ou menos concentrada é a possibilidade de se eleger diferentes pontos para residir, distintas possibilidades para trabalhar. As pessoas também terão que optar entre trabalhos ou universidades mais próximos ou outros que lhe agradem mais, mas que são mais distantes. Temos que garantir as duas possibilidades, isto é, uma região metropolitana pluricentral, como já são as cidades da Europa e da América do Norte, com zonas concentradas e um sistema de mobilidade extremamente intenso. Temos também que garantir um sistema de artérias rápidas, de expressos rápidos que permitam ir de um núcleo a outro, sabendo que poderá haver uma troca de meios. Pode-se utilizar o automóvel até um ponto e depois um transporte coletivo, ou um transporte coletivo regional até um determinado local e ao chegar à periferia de uma zona central tomar outro coletivo, uma tranvia, um ônibus, um táxi etc. Eu não proporia a diminuição de oferta de transportes como solução, mas uma oferta ligada aos processos reais de concentração da população. Eu não afirmaria a proximidade trabalho-residência como um princípio absoluto, mas relativo.

Tendo em vista que o crescimento desordenado das cidades, especialmente no Terceiro Mundo, está intimamente ligado a sua inserção no sistema mundial de produção de mercadorias e que este sistema está em crise, quais as saídas possíveis, em termos de formas de organização das cidades num processo de transição para um novo estilo de desenvolvimento?

É muito difícil falar neste nível tão grande de abstração e, por outro lado, este tipo de afirmação sobre crise de modelo me parece pouco operativo. Entretanto, tenho consciência de que não é possível manter o atual ritmo de consumo e desperdício dos países e grupos mais fortes e que um mundo regido unicamente pela produção de mercadorias não é viável. No que diz respeito às cidades, podemos encontrar graves problemas e grandes possibilidades de responder aos problemas. Podemos encontrar enormes dívidas com a democracia e a justiça social, mas também há políticas bem-sucedidas neste campo. Sinto-me muito capaz de defender a política que se fez em Barcelona, minha cidade, como uma política progressista, de esquerda, que obteve importante consenso social, que diminuiu as desigualdades sociais e deu maior qualidade urbana às periferias.

Portanto, o que temos que fazer, mais do que colocar em questão as cidades com um discurso muito teórico sobre o sistema econômico mundial, são duas coisas: primeiramente, tentar dar respostas aos nossos problemas aprendendo com outros casos para que nossas respostas tenham o maior êxito possível. Em segundo lugar, nos relacionarmos mais intensamente para interferir na vida econômica e política internacional, posto que, muitas vezes, mais do que uma crise geral do modelo, o que existe é uma incapacidade dos organismos estatais e internacionais — que são de fato um lugar de encontro entre grandes grupos econômicos e governos — de responder aos problemas reais. Organizações populares, ONGs etc. e governos locais têm que exercer uma capacidade de pressão e de ação a nível internacional. Por isso eu critico a insuficiência da fórmula "pensar globalmente" — não se sabe quem — e "atuar localmente" — que, se sabe, somos todos nós. Queremos pensar e atuar globalmente.

Estamos convencidos de que juntas as cidades — entendendo por cidades os governos locais e as diferentes organizações profissionais, populares etc. — terão um pensamento global e, portanto, atuarão também globalmente e não ficarão reduzidas unicamente a uma ação local. Mas, conscientes de que teremos que demonstrar capacidade de dar respostas conseqüentes aos problemas de desenvolvimento econômico local e regional, que leve em conta a qualidade de vida e o meio ambiente, tornar eficiente as administrações públicas locais, revelando capacidade de colaborar com o setor privado e com as organizações sociais, e resolver o problema da exclusão, da desigualdade social e da dualização no interior das cidades. Se não tivermos capacidade de ser bem-sucedidos nestes três campos, seguramente os mais importantes, dificilmente teremos capacidade de atuar conjuntamente a nível internacional.

03 de junho de 1992

Enrique Ortiz

"A deterioração do meio ambiente e a pobreza são resultados da mesma causa: o uso e a distribuição inadequados dos recursos, seu avassalamento pela lógica da acumulação e da reprodução do sistema — lógica que esquece da Terra e do ser humano".

Enrique Ortiz é secretário executivo da Coalizão Internacional do Habitat (HIC), organização não governamental com sede no México.

Como surgiu a Coalizão e que trabalho vem desenvolvendo?

O Fórum Habitat surgiu em Vancouver, Canadá, em 1976, mas constituiu-se legalmente após quatro anos. É uma organização que sofreu fortes modificações no ano internacional dos sem-teto, em 1987, porque originalmente aglutinava muitas entidades do Primeiro Mundo, não havendo uma presença expressiva de organizações não governamentais do Terceiro Mundo.

Neste ano aproximaram-se muitos grupos que foram convidados para uma reunião de ONGs na cidade de Limuru, no Quênia. A partir de então, ampliou-se a participação dos países não-industrializados, com experiências muito interessantes. Neste mesmo ano, foram modificados os estatutos e a representação no conselho passou a ser proporcional, por região, que passou a eleger seus próprios representantes. Houve necessidade de buscar um secretário que não fosse de um país industrializado. Mas as maiores mudanças se deram na própria constituição do HIC ao definir com mais clareza seu objetivo principal: a luta pelo direito de todo ser humano a um lugar seguro onde possa viver em paz e com dignidade. A luta por esse direito é o que ilumina todo o trabalho da Coalizão.

O HIC é uma organização de organizações. Também fazem parte da Coalizão indivíduos, considerados "amigos", pois não têm direito a votar, nem de ser votados. Seus direitos são limitados, ainda que participem ativamente dando apoio ao nosso trabalho. A Coalizão é, portanto, um organismo que pretende — pela via da articulação com outras redes, a vinculação com os movimentos populares e numa ação conjunta com grupos não governamentais — realizar ações de promoção e pressão visando modificar os critérios que normalmente orientam as medidas governamentais no campo das políticas de moradia e assentamento.

Temos mais de 300 organizações em cerca de 70 países: entidades que fazem assessoria técnica, social ou integral a grupos populares que produzem moradia; centros de investigação, que trabalham também em apoio aos movimentos populares; alguns organismos que desenvolvem tecnologias e também alguns grupos universitários que combinam todas estas atividades. Também temos, entre os membros do HIC, grupos sociais importantes: vários integrantes da Frente Continental de Organizações Populares (FCOC) que atuam junto a organismos populares e representantes de organizações comunitárias ou de base.

Você poderia precisar a diferença que fazem entre grupos de base e ONGs?

O conceito de ONG abarca as organizações e os grupos populares que lutam em diferentes partes por melhores condições

de vida e de moradia. Não é conveniente que sejamos uma organização de pequenos grupos. Interessa-nos a vinculação com organizações de base que já aglutinem estes grupos para realmente dar maior força e transcendência a sua presença em nossa organização, pois a Coalizão é uma entidade que visa criar e ampliar grupos de apoio aos movimentos. Temos a preocupação de não nos fechar para quem vive os problemas e se organiza, mas não podemos nos abrir a cada pequena cooperativa ou pequeno grupo, porque não seria a melhor maneira de ajudar.

Existem diferenças substanciais na definição das diretrizes de atuação das organizações do hemisfério Norte e do Sul que integram o HIC?

Sim, há diferenças inclusive na própria maneira como surgem os problemas. Identifica-se mais ou menos as mesmas causas em todas as sociedades. Há uma causalidade comum em muitos aspectos que advém de relações injustas, de uma má distribuição da renda e da pobreza da população (gerada em projetos de desenvolvimento, na exploração das pessoas etc.) Isto acontece em países do Norte e do Sul. Porém, a maneira, a escala e as formas como essa exploração se expressa variam muitíssimo.

Nos Estados Unidos e no Canadá o importante no problema dos sem-teto, é que as pessoas não têm moradia em absoluto. Em nossos países também há gente sem casa: vi aqui no Brasil pessoas nas ruas, sobretudo crianças. Mas nos países do Norte são famílias inteiras que não têm para onde ir e não há a solidariedade social que existe em nossos países. Aqui, mal ou bem, as pessoas vivem com outra família, com um parente, com alguém. Lá são situações de uma enorme solidão. Ou seja, ser pobre nos países do Norte é bem pior do que ser pobre nos nossos países. Além de viver a pobreza vive-se o isolamento e a falta de solidariedade. O clima é pavoroso, terrível! Claro que a quantidade de pobres no Norte é bem menor do que na América Latina, por exemplo.

Tem-se também o problema dos locatários, especialmente entre os idosos que não têm possibilidade de pagar os altos impostos de suas moradias e terminam por deixar suas casas, onde viveram toda sua vida, indo para longe, para um espaço menor. Enfim, o tema mais importante na Europa, nesse momento, é a exclusão — a exclusão de certos setores que já não são necessários para os serviços ou para a produção e a não-aceitação de sua participação na política, na gestão das cidades, no encaminhamento de soluções habitacionais adequadas a suas necessidades. Uma quantidade enorme de gente migrou para a Europa para realizar os trabalhos mais pesados e agora se sente excluída com o desaparecimento das fronteiras entre o Leste europeu e a Europa ocidental.

Está se criando uma verdadeira barreira para forçar os migrantes a sair e ao mesmo tempo são os negros, os árabes, que tradicionalmente fazem os serviços considerados mais "desqualificados". Que iniciativas existem para reverter este quadro?

Temos um Fórum constituído de oito fóruns, do qual o HIC-Europa responde pela secretaria, cujo objetivo é pressionar os ministros da habitação dos países da Comunidade Europeia para que incluam o direito à moradia na Carta Social da Europa. O trabalho deste Fórum implica em mobilizações, pressões e envolve também a defesa do direito de não ser desalojado. Em Paris há muitos despejos de pessoas que invadem um hotel vazio, um edifício. Ter uma opção de moradia é um direito dos imigrantes.



Lixão em Manila — Filipinas

Na Europa há uma luta por parte de pessoas progressistas para que se reconheça o direito de cidadania dos imigrantes, o direito de votar, ao menos a nível municipal, numa primeira instância. Luta-se para que eles tenham voz, representatividade, em uma sociedade que os trouxe para ajudá-la e que, portanto, tem que lhes dar o direito de aí trabalhar.

Outro passo é a concretização desse direito. Estes são os três níveis em que atuamos: reconhecimento do direito à cidadania; a não-violação deste direito, ou seja, sua defesa no caso dos desalojamentos e em terceiro lugar sua realização. Neste último nível, o da realização, há a iniciativa de uma organização italiana, integrante do HIC, a União de Inquilinos da Itália que, juntamente com a plataforma HIC-Europa, está armando um projeto chamado "Coral". Os corais, no mar, são a expressão da convivência de muitos seres diferentes e é isso que nós queremos na Europa. Os imigrantes que vêm da África subsaariana, do Vietnã e de outros

locais são muito discriminados e terminam formando guetos para sobreviver.

A idéia deste projeto é de que possam garantir seus direitos, resguardando suas diferenças?

Exatamente, com o objetivo de irem se integrando entre eles numa sociedade "coral" onde haja todo tipo de seres convivendo. Isto é muito interessante como promoção.

No âmbito da luta pelos direitos à cidadania, a moradia coloca-se como o tema central de atuação do HIC na Europa?

Sim, na Europa nos centramos mais na moradia, porque este é o problema mais grave vivido pelos setores ligados à prestação de serviços. Em Paris os desalojados de um prédio acamparam numa praça redonda, a praça União. Formavam uma vila totalmente africana, com tendas em volta da praça e uma cozinha comum. Parecia que se estava na África. As pessoas eram africanas, a maneira de comer era africana, as tendas eram africanas. É comum povoados africanos no centro de Paris. Há poucos meses atrás, vi pela televisão mexicana uma manifestação dos varredores de rua de Paris. Era um baile de negros, traziam seus tambores, seus vestidos etc. Contra esta segregação é que se está lutando.

A segregação racial é um dos problemas mais graves da Europa. Tratando-se do Terceiro Mundo, qual é o principal dilema?

Na África é o abandono a que se viu forçada a população, fazendo com que se dirigisse às cidades. As mulheres, especialmente, vivem uma situação muito difícil, porque em muitos países elas não têm nenhum direito a possuir uma terra, não podem ter um título de propriedade. Isso por tradição, porque antes estavam na tribo e, mesmo não tendo marido, tinham onde viver. Até hoje vigoram as regras tribais que não lhes permitem esse direito, tampouco garantido nas legislações.

A situação das mulheres é grave, porque estando nas cidades elas não só precisam de um lugar onde viver mas, necessitam, além disso, produzir os alimentos. O terreno, portanto, não pode ser de sessenta metros quadrados, apenas para abrigar uma casinha; tem que ser um espaço onde possam produzir lenha, cultivar seus alimentos e criar animais. Esse é o tipo de problemática. Uma realidade muito diferente das nossas ou da Europa.

Como se explica que o direito à cidadania encontre-se num nível tão primário, principalmente no que diz respeito às mulheres?

Os países africanos são muito jovens em sua independência e o direito consuetudinário, o direito tradicional e todas as formas

culturais tradicionais ainda têm um valor enorme. Quando se vai a Dakar, uma das cidades africanas mais avançadas, encontra-se cultivo de alface, hortaliças etc. no meio da cidade. Ou seja, o campo veio para a cidade, pois é a forma de vida possível.

Na África, então, há outro tipo de problema e também de solução. Há muita, muita pobreza e resolvê-la é a prioridade. A sobrevivência torna-se a questão mais importante e aí a mulher assume um papel central. Para nós, na América Latina, estes são problemas um pouco distantes. Na África o problema da moradia está muito vinculado ao da subsistência.

Esta situação que vivem as mulheres se estende por toda a África?

Não, este não é um problema de toda a África que é um continente imenso, mas da África negra, subsaariana. O sul da África tem um problema totalmente diferente: a discriminação, o *apartheid*, que obriga as pessoas a viver em lugares para negros, os quais, às vezes, estão perto das cidades em que trabalham, mas muitas vezes ficam distantes. É uma questão de marginalização, de segregação racial que agora começa a se modificar. O direito à moradia converteu-se num ponto chave da luta. Aí sim, a luta é por esse direito. No sul da África trata-se de um problema manifestamente político, ao passo que na África subsaariana a questão é mais de ordem cultural.

Outro caso seria o da África árabe, não a conhecemos tão bem, salvo o problema dos palestinos, que já pertence mais à Ásia. Estamos trabalhando este problema. Os palestinos estão sofrendo principalmente a violação dos direitos mais elementares de moradia. Suas casas são destruídas como castigo político. Se um jovem jogar pedras em um tanque israelense, o exército tira-lhe o quarto onde dorme ou toda a casa, não podendo construir outra. Tira-se o direito que tiveram durante anos de viver em cidades. Há também uma quantidade de povos não reconhecidos no Estado de Israel: todos os povos beduínos, por exemplo.

Enfim, a destruição das casas, o deslocamento de populações para desapropriar seus terrenos e ali colocar populações novas são questões em discussão porque, segundo as resoluções da ONU, estas terras não podem ser ocupadas. O tema dos assentamentos humanos e da moradia assume uma conotação fundamental: mais que um reconhecimento do direito ao habitat coloca-se a sua defesa.

Na Ásia a luta principal de nossa organização é pelo "direito a viver", como convencionou-se chamá-la. Na Índia, principalmente, onde há muita pobreza, a migração para as cidades torna-se extremamente grave — centenas de milhares de pessoas vivem nas ruas, dormem no chão. Muitos dormem e vivem no veículo que trabalham durante o dia, ou seja, toda sua vida

concentra-se em seu próprio instrumento de trabalho. E tem muitas outras pessoas que vivem em pequenas choupanas, em escadarias ou junto a muradas.

Todos esses elementos estão na luta urbana da Índia, ainda que a população seja predominantemente rural. Há inúmeros projetos no campo que envolvem a gestão de grandes empresas, a entrada de capital estrangeiro, mas quase todo grande projeto implica em sofrimento devido ao deslocamento de populações e conseqüente perda de suas terras tradicionais. Os grupos chamados tribais, assim como nossos indígenas, são os que mais sofrem os efeitos dos grandes projetos rurais, da mineração, da contaminação das águas, da perda dos bosques.

Existem outras situações que não imaginamos, como no Japão, onde há marginais históricos, quase como os intocáveis na Índia, que se chamam "barakus". São questões culturais, históricas, que os mantiveram marginalizados. A Coalizão trabalha com estas pessoas e também com desalojados em outros países asiáticos. Na Ásia temos um programa com 13 ações, já com projetos, recursos etc.

E na América Latina, que tipo de trabalho vocês desenvolvem?

Na América Latina falta um programa próprio do HIC. Aqui os grupos trabalharam mais em eventos, na formulação de uma política de intervenção, na captação de mais sócios e fazendo alguns trabalhos conjuntos. Não se fez um programa de ação para a América Latina, mesmo assim temos membros em quase todos os países. Isto prosseguirá amadurecendo pouco a pouco.

Os quadros do HIC na América Latina são bastante novos, mas são excelentes e desempenham um papel muito importante dentro de nossa organização. São grupos com trajetória e muita experiência em países latino-americanos. Nosso trabalho mais avançado na América Latina foi na República Dominicana na questão dos desalojamentos. Apoiamos os companheiros da Copadeba, uma organização que luta pelos direitos comunitários, em sua intervenção a nível internacional. Há dois anos, no informe oficial diante da Comissão das Nações Unidas sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o governo afirmava o cumprimento do direito à moradia, porque todas as leis estavam incluídas na Constituição. Contra-argumentamos que por ocasião do Vº Centenário da cidade deslocaram mais de cem mil pessoas para embelezar a cidade, ceder terras para hotéis, marinas etc. Mais que isso, denunciávamos que a informação estava incompleta porque estavam violando o compromisso estabelecido quando assinaram o Pacto Internacional de Direitos Econômicos Sociais e Culturais. Nesse caso demos continuidade em muitos aspectos: reunindo

documentos e fazendo denúncias internacionais, que resultaram em pressões contra o governo provenientes de diferentes partes do mundo.

A Comissão das Nações Unidas, acima referida, pela primeira vez em toda sua história expressou que um país estava violando seus próprios direitos. O governo foi intimado, portanto, a suspender, ao menos parcialmente, o processo de remoção da população. Também conseguimos uma declaração contra o Panamá em função de danos decorrentes dos bombardeios norte-americanos de 1989. O governo panamenho não soube negociar com os Estados Unidos de forma a obter dinheiro suficiente para seu povo; não tomou medidas, com os recursos obtidos, para solucionar os problemas do país e tampouco permitiu que as pessoas voltassem aos seus velhos bairros no centro da cidade. Consideramos uma conquista a nível internacional o protesto da Comissão de Direitos Humanos da ONU contra estes dois países exigindo que tomassem medidas e resolvessem estes problemas. São mecanismos de pressão que se articulam a processos internos e produzem um efeito positivo.

Todos estes processos são muito lentos, posto que estas decisões não são compulsórias e não há como colocar um país na prisão. Mas é importante que a comunidade internacional tenha-se revelado muito preocupada diante destes acontecimentos. Também ajudamos a pressionar o governo da Nicarágua para que não cancelasse (há uma tendência nesse sentido) as leis que concederam terras, a nível urbano, a muitas pessoas no período sandinista.

E, por fim, procuramos constantemente garantir nossa presença nas Nações Unidas, quando são apresentadas as análises das políticas sociais dos governos para avaliar o cumprimento dos direitos humanos, econômicos, sociais e culturais. Nestas ocasiões sempre enviamos um documento interno do HIC para tornar pública nossa avaliação, o que ajuda muito no sentido dos governos levarem mais a sério estes informes. Às vezes, as comissões são solicitadas a dar alguma informação mais precisa e, nestas situações, dispõem de nossa contribuição. É uma forma de pressionar as comissões das Nações Unidas a exigirem informes mais conseqüentes dos governos. Esse é o panorama do trabalho da Coalizão que funciona de forma descentralizada para que cada região possa "matar suas pulgas" ao seu próprio estilo.

O Fórum de Reforma Urbana é uma instância organizativa presente em outras partes do mundo?

Em outros países da América Latina não é tratado desta forma. Em cada lugar muda a bandeira, mas o conteúdo da luta é o mesmo. Na África francesa fala-se no direito à cidade. Na Ásia define-se como direito à moradia, mas o sentido é o mesmo da Reforma

Urbana: o direito ao acesso à terra, aos serviços, a uma melhor qualidade de vida urbana.

Na Europa são as plataformas da não-exclusão que mobilizam as pessoas. Nos Estados Unidos, por exemplo, houve manifestações enormes em 1992, exigindo dinheiro do governo americano para as cidades, porque estão se deteriorando. Centenas de milhares de pessoas se mobilizaram, o que revela que os centros de poder estão esquecendo as cidades.

Todos estes processos, que o HIC e outras redes de cooperação e articulação entre movimentos sociais urbanos estão implementando, são indícios de uma transição por dentro do estilo capitalista de desenvolvimento? Estão se gerando formas alternativas de gestão das cidades que apontam rupturas com o atual padrão de desenvolvimento?

Parece-me que está em questão algo muito mais profundo. O que se viveu na Rio 92 atesta isso. Há todo um movimento por trás de tanta gente — muitíssimas pessoas estão buscando outra coisa, já não se sentem satisfeitas e procuram uma opção diferente e a referência vem surgindo das experiências populares. O que as pessoas estão fazendo nas cidades não é somente pela sua sobrevivência, eu não diria que é só uma ação para sobreviver — muitos dizem que as pessoas se defendem do sistema e portanto passam a agir.

É necessário ver a forma como as pessoas que sofreram as consequências mais graves da pauperização constroem o habitat nas cidades. Não é somente uma defesa para poder resolver seus problemas. Estão efetivamente lidando com a cidade de uma maneira mais integrada, plural e organizativa comparada com a do governo. As propostas e ações caracterizam-se pela descentralização, autonomia e "integralidade" e não por uma atuação setorializada, a exemplo das políticas governamentais que fazem as coisas aos pedaços, de maneira fragmentada. A busca por democracia interna, por justiça social, tudo isso é expressão de um modelo alternativo. Aí têm-se as sementes do futuro.

As articulações sociais no meio urbano não são apenas o produto marginal da não-operação do sistema de mercado como colocam os neoliberais, que afirmam que arrumando o mercado também se resolverá a pobreza, a falta de moradias, de infra-estrutura etc., porque tudo isso resulta do seu não-funcionamento. É importante ver a realidade — o que as pessoas estão semeando em sua prática social já aponta para outro esquema de gestão da cidade, da vida urbana, no sentido de uma gestão muito mais democrática, de uma democracia direta. Está em processo uma maneira diferente de exercício do poder público, ou seja, uma forma muito mais justa de distribuição dos recursos públicos. Daí a importância de introduzir nas plataformas de luta a

dimensão ambiental, porque a deterioração do meio ambiente e a pobreza são resultados da mesma causa: o uso e a distribuição inadequados dos recursos, ou seja, seu avassalamento pela lógica da acumulação e da reprodução do sistema. Lógica que esquece da Terra e do ser humano. Agora os governos estão pensando na Terra, porque percebem que os recursos estão se esgotando.



Assentamento em Manágua — Nicarágua

É muito curioso que os países industrializados se preocupem com nossas florestas e, ainda assim, não invistam um centavo em nosso povo: querem continuar tirando os recursos, não importando que a população continue num processo permanente de desenraizamento e pauperização. É nesse sentido que avança o trabalho das organizações sociais e por isso o empenho do HIC em assinar o Tratado da Reforma Urbana, elaborado durante o Fórum Global, conjuntamente com outras organizações populares da América Latina e do Brasil. Estamos seguros de que outras organizações, como o Fórum do México, vão se somar a esta luta e endossar o documento. Temos que ir somando forças para tornar mais consistente a construção de um novo modelo de sociedade que já está se gestando na prática e na luta política, isto é, em uma articulação destas duas dimensões. Há uma prática social abrindo caminho, mas lhe falta muito para alcançar uma escala mais ampla.

O Tratado da Reforma Urbana é um marco simbólico deste momento ou um instrumento efetivamente capaz de orientar a construção de uma nova sociedade?

Ambos. Dizia-se que, devido à diversidade de interesses e à postura dos governos, a Rio 92 pouco mudaria o mundo. E o Fórum Global mostrou o contrário. Realizamos acordos que são muito positivos e praticáveis, que vão permitir o enriquecimento de nossas

ações mútuas. No princípio, poderão parecer ações singelas, mas vão gerar força e potencializar a atuação dos diferentes atores que forem assinando o Tratado e se comprometendo a agir.

Por outro lado, já estamos agindo e um bom exemplo disso é a realização do Fórum Internacional de Reforma Urbana, em que o HIC, a FCOC e o Fórum Nacional de Reforma Urbana trabalharam juntos. Além disso, já está marcada uma reunião na República Dominicana, para dar continuidade ao trabalho inaugurado aqui no Rio.

Hoje em dia é fonte de preocupação de diversos setores da sociedade o ritmo de crescimento das cidades. Estimativas feitas pela ONU, para o período 1990-2000, em regiões menos desenvolvidas, indicam taxas médias anuais de crescimento da população em cidades de um milhão de pessoas na ordem de 4.47% e em cidades de dois e quatro milhões, respectivamente de 4.95% e 5.37%. Apontam também que, no ano 2000, cerca de 20 megalópoles estarão com mais de 10 milhões de habitantes nestas regiões. Como você avalia estas perspectivas já que as pessoas identificam nas cidades a melhor saída para produzir e se reproduzir?

Nós vivemos numa destas cidades enormes. As cidades são um desafio interessante. A vida nas cidades é muito vibrante, cheia de oportunidades e possibilidades. O problema é que há pessoas que não podem ter acesso a isso. Não me assusto tanto com as cidades, mas com a possibilidade de não se resolverem os problemas mais elementares das pessoas de maneira que possam desfrutar da grande cidade. Talvez tenha se tentado equacionar o problema na própria cidade ou simplesmente não se quis resolvê-lo. Esqueceu-se da grande cidade num determinado momento.

Todos os recursos financeiros internacionais para o desenvolvimento foram para a área rural com o objetivo de reter a população no campo, mas esta continuou migrando para o meio urbano. A cidade é um ponto de convergência de iniciativas, de intercâmbio, isso é o que o homem fundamentalmente busca. Ademais, viver em cidades tem sido uma opção para as pessoas miseráveis que não têm sequer o que comer, porque encontram mais opções para seus filhos.

Contudo, quando estas opções acabam, instaura-se o desespero de não ter para onde ir e o que fazer; é quando surgem todas essas pessoas que não têm futuro, especialmente entre a juventude e as crianças, que já não estão na cultura rural e tampouco têm um espaço no contexto da cultura urbana — estão excluídas. Isso é muito grave e é nesse campo que a luta deve se dar para que a cidade seja mais democrática, no sentido amplo da palavra. Desta forma as cidades ganhariam outro sentido, teriam uma esperança, novas possibilidades de se construir. Mas isso é difícil,

principalmente quando se vê escalas enormes de miséria. Quando vejo tantas crianças nas ruas, penso: o que se pode fazer com elas? É difícil pensar que elas queiram fazer algo diferente do que fazem e não possam. Isso porque ninguém se preocupou com elas. Em todas as partes do mundo esta situação se repete. De uma ou de outra maneira deixou-se crescer o problema.

Este é o desafio. Acredito que as cidades vão diminuir no futuro. O México, por exemplo, não cresceu tanto quanto se esperava e, além disso, muita gente saiu da cidade. Porém, cabe salientar, que não será através de programas tecnocráticos que os dilemas se resolverão. As transformações devem passar pela forma como se produz e se distribui os bens e os serviços e também pela forma como as pessoas se comunicam. Nos questionamos diante de soluções por meios tecnocráticos e de inúmeros programas. Não se resolverá problemas estruturais através de medidas reformistas transitórias. Aí está um desafio à criatividade e sobretudo à prática social cotidiana que poderá ir inventando novas formas de vida sem perder a dimensão mais global.

05 de junho de 1992

Nazareno Stanislau Affonso

"O automóvel representa a grande revolução de nossas cidades no século XX. Põe a cidade a seus pés: implica segregação de praças, destruição de prédios históricos e é motivo de ampliação exagerada da área urbana".

Nazareno Stanislau Affonso é Secretário de Transportes da Prefeitura de Porto Alegre e Vice-Presidente da Associação Nacional de Transportes Públicos e do Fórum Nacional de Secretários.

Qual é a proposta do Não-Transporte?

A tese "Não-Transporte, a Reconquista do Espaço-Tempo Social" foi desenvolvida em 1989 e seu eixo básico é uma nova demarcação dos conceitos na área do transporte. Esse conceito esteve sempre vinculado ao atendimento da demanda: onde há demanda busca-se uma solução, onde há congestionamento livra-se dele. É a lógica do custo em que a melhor solução para ligar dois pontos é uma reta, não interessando o que se destrói para atender a demanda. Na prática não é bem isso que acontece, principalmente nos países subdesenvolvidos, em que a lógica da influência do capital sobre o poder público leva a custos muitas vezes acima dos custos reais.

O pensamento dominante faz com que o transporte coletivo peça licença para o automóvel. O automóvel representa a grande revolução de nossas cidades no século XX, ele põe a cidade a seus pés. Mais de 40% dos espaços das cidades lhe é reservado: calçadas, oficinas, bombas para abastecimento, ruas, estacionamentos. Ele implica em segregação de praças, em destruição de prédios históricos, de áreas residenciais e é motivo de ampliação exagerada da área urbana.

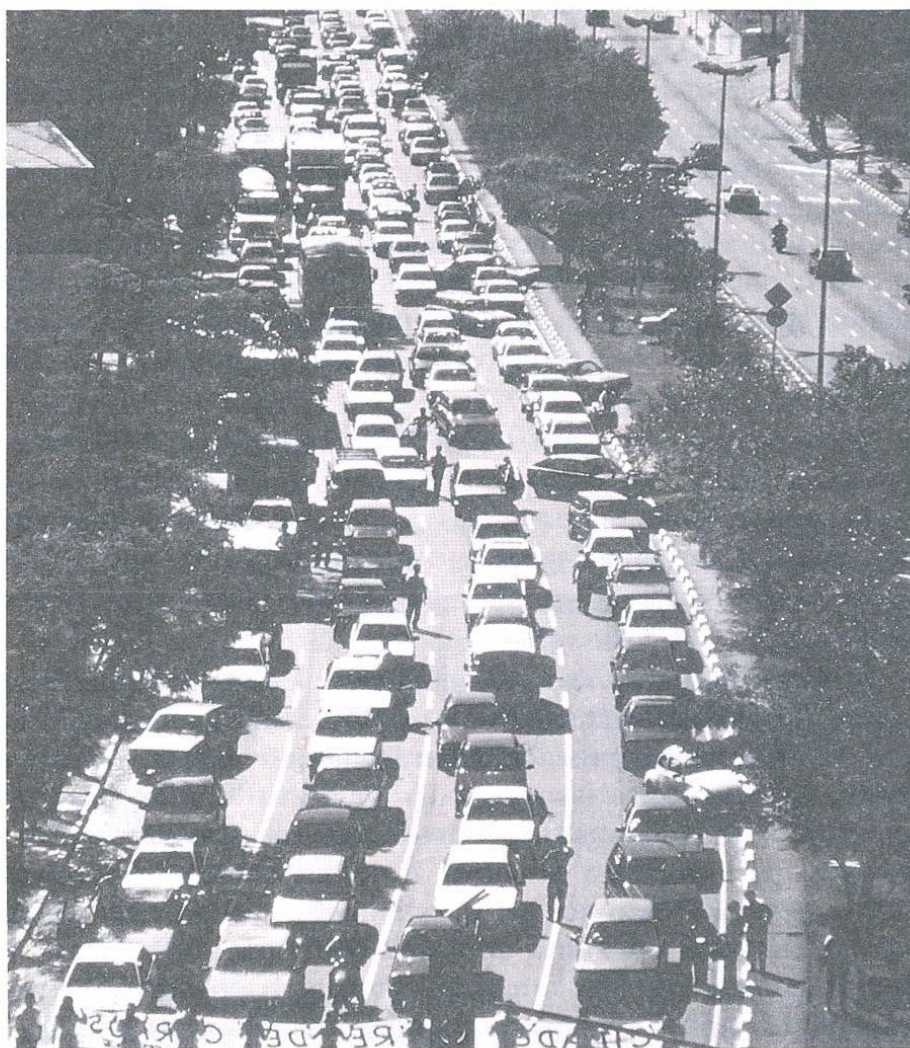
A idéia do Não-Transporte é o questionamento e a reversão desse quadro no terceiro milênio, o que não significa voltar ao primeiro milênio, tampouco negar o segundo milênio, mas sim introduzir valores que se contraponham à visão estritamente econômica.

Hoje a questão da qualidade de vida — a qualidade de um produto, das relações de trabalho e das relações sociais — começa a ter peso nas decisões pessoais, governamentais e empresariais. Levar em conta a qualidade das relações sociais é muito importante porque normalmente é a lógica econômica que predomina quando se trata de desenvolvimento e as nossas cidades foram estruturadas para atender aos interesses econômicos. Nesta perspectiva a urbanização legitimava a destruição de tudo que fosse considerado necessário para realizar o "futuro", o "moderno". Apesar de se esboçarem mudanças nos últimos anos, ainda permanece toda uma visão urbanística de que o passado é o velho, o atrasado, o que não tem conteúdo, e o novo é o moderno, o futuro. Isto significou destruir centros históricos inteiros para construir prédios modernos. A história, assim, não é vista como um elemento de referência, não é um elemento de qualidade. Um prédio antigo que traz a memória de uma época é um elemento de valor, de importância. Atualmente, alguns setores da sociedade estão revendo isso sob outra ótica.

Pode parecer estranho abordar estas questões para tratar de transporte, mas ele é na realidade o resultado disso tudo, é o ponto de ligação. Pensar o transporte é considerar, em outras bases, a idéia da comunicação na organização do capital e nas atividades

humanas. Já existem conexões através de computadores, de modem, de cabos, o que possibilita outras formas das próprias indústrias e atividades em geral se organizarem de maneira radicalmente diversa. Antigamente uma empresa se afirmava pelo poder que acumulava, em termos de quantidade de prédios e de estrutura. Além disso, ela se mostrava forte na medida em que eliminasse a concorrência. Hoje começa a valorizar-se a troca, a solidariedade, a parceria, a qualidade. A sociedade está passando por uma mudança radical na sua própria estruturação no sentido da renovação das relações sociais e da cultura das empresas em relação ao valor do econômico, do moderno em favor do que era chamado antigo.

Um bairro de dez ou quinze anos pode ser considerado antigo em nossa cidade. Mas por que não pode ter cinquenta anos? Por que destruir prédios antigos para pôr no lugar inúmeras torres? Ninguém pensa em tirar uma grande indústria do seu lugar, em compensação pensa-se facilmente em destruir um bairro inteiro.



Integração Natureza

Manifestação Greenpeace "Cidades Livres de Carros"

O que a tese Não-Transporte está introduzindo de novo? Não-Transporte é uma palavra ambígua, mas quer dizer sim ao transporte coletivo, sim ao bairro ser reapropriado pela população, para que possa ter acesso à rua, à calçada, transformando ambos em espaço público e não em espaço privatizado pelo automóvel. A proposta é restringir efetivamente a circulação do automóvel dentro da cidade, ampliar as relações sociais, reconquistar os espaços públicos.

Isto passa por um estudo de alterações na cidade e de construção de um novo sistema de transporte que leve em consideração a existência de bairros consolidados. Muitas vezes destrói-se um bairro para economizar cinco ou dez minutos de viagem. A pergunta, portanto, é: será que a pessoa precisa realmente viajar para aquele lugar? Ou será que ela poderia ter suas atividades perto do seu local de moradia? O Não-Transporte propõe criar alternativas ao desperdício de transporte, energia, recursos, tempo etc.

O atual sistema de transportes é alimentador do desperdício? Quais as alternativas que o Não-Transporte aponta?

Ir ao trabalho é um passar cego pelos locais, não ter percepção de todo o caminho. Só contatamos com os locais de onde saímos e aqueles onde chegamos. Introduzir a passagem como algo para se estabelecer relações de troca é ganhar tempo de vida. Eu, por exemplo, transformo meu deslocamento para o trabalho em um tempo de conhecimento, em um tempo de lazer. Muitas vezes faço caminhos mais longos, para conhecer um lugar diferente na cidade. Quer dizer, é possível ter o tempo de deslocamento não como um problema.

Outra conquista é o andar a pé. Poderíamos dizer às pessoas: "tome um grande susto, faça a pé seu trajeto cotidiano e descobrirá que não conhece muitas coisas pelas quais passa cotidianamente há meses, anos". Quando andamos a pé percebemos o buraco, a flor, a fruta, os personagens do dia-a-dia, é um ganho profundo e humano.

Há também o ônus de estar sendo anti-social, de desperdício de vidas, de mortes no trânsito. Mais de 50% dos leitos hospitalares no país são reservados para acidentes de automóveis em estradas e cidades. Agrega-se a isso os custos multiplicados para se reconstruir vias, sistemas de transportes de massa em áreas valorizadas para atender a demanda. A pergunta que deve ser feita é: vale a pena? Isto tem que ser questionado, apesar de ser difícil para quem está em uma posição de comando. Pois é responsabilidade nossa enquanto administradores públicos viabilizar "soluções" aos congestionamentos, mas também não é possível passar um rolo compressor em cima do social.

A mudança dessa cultura é um processo que tem que ser assumido socialmente e não só imposto por uma vontade política por mais justa que seja. Um terceiro nível de desperdício ocorre quando o sistema viário fica ocioso 50% do tempo em momentos de pico, e atinge 95% em vários momentos do dia. Tem se mostrado improdutivo um planejamento que se proponha solucionar congestionamentos investindo em túneis, em viadutos, em sistemas de alta capacidade, em rodovias urbanas. O congestionamento pode estar gerando uma solução mais adequada à cidade.

Está em questão o aproveitamento do tempo real. A sociedade poderia produzir mais nesse tempo. No Japão existem empresas que começam um projeto em um local, ganha continuidade em outro, passando a seguir para um terceiro local onde é concluído. Essa dinâmica poupa circulação e, portanto, aumenta o tempo útil das pessoas.

Significa entender o congestionamento como uma oportunidade para criar-se novas soluções?

Exatamente. Resolver pelo caminho convencional é agregar desperdício e, provavelmente, aumentar o caos. Porto Alegre, por exemplo, é praticamente um triângulo em cuja ponta encontra-se o centro. Dar cada vez mais acessibilidade a ele vai estourá-lo. Resolver o amanhã não é jogar o problema para daqui vinte anos. A única saída não é invadir o rio, uma solução extremamente onerosa, e sim ousar não investir em grandes obras, mas na descentralização física e dos tempos das atividades.

Como se viabilizam alterações que mudam as estruturas das relações sociais, econômicas e culturais dentro da cidade? Replanejar o local onde uma massa de indivíduos mora e trabalha mexe com muitos níveis da vida das pessoas.

Um dos grandes problemas da idéia do transporte no terceiro milênio é enfrentar os valores da classe média. O automóvel é parte do *status*, é parte quase intrínseca do indivíduo — o homem de classe média é "um homem sobre quatro rodas". O dia em que lhe tirarem as quatro rodas, ele perde a identidade, ficará amputado. Há todo um conteúdo de liberdade associado ao transporte individual. Ele permite efetivamente um certo domínio do espaço-tempo pessoal, só que coletivamente avançamos na direção do caos, do rompimento com as relações sociais, com a cultura, com a história. As cidades em nosso cotidiano tornam-se ilhas cercadas de carros por todos os lados.

Como se reverte esse processo?

A reversão passa por vários níveis. Um deles é enfrentar o atual padrão de valores, a cultura dominante. A Eco 92 apontou para esta direção ao relacionar a poluição e a degradação ambiental com

a necessidade de mudança de comportamento a nível individual, empresarial e governamental. As gerações futuras serão mais sensíveis a estas mudanças, sentimos isso em nossos filhos, nos filhos dos comerciantes, dos operários ou dos empresários. Existem também novas forças políticas se constituindo em plano nacional e internacional, articulações entre organizações não governamentais, entidades, fóruns de cooperação, iniciativas de intelectuais e do cidadão comum em seus bairros pobres.

O Não-Transporte é uma proposta pertinente em cidades de qualquer escala?

Alguns pensam que é uma proposta só para cidades pequenas e não para metrópoles. São Paulo, por exemplo, durante o regime militar era vista pelo poder e pelos técnicos como um espaço único de 38 municípios. Mas, ao analisar-se as pesquisas Origem/Destino percebeu-se que na região do ABC, 90% das viagens são feitas internamente. Além disso, há bairrismo, política, serviços e vida local. Então, não existe a metrópole, como é planejada pelos tecnocratas. A metrópole de São Paulo, sua estrutura legislativa e administrativa tal como está montada é uma ficção. Não é viável ter uma cidade do tamanho de São Paulo, ela precisa ser desmembrada.

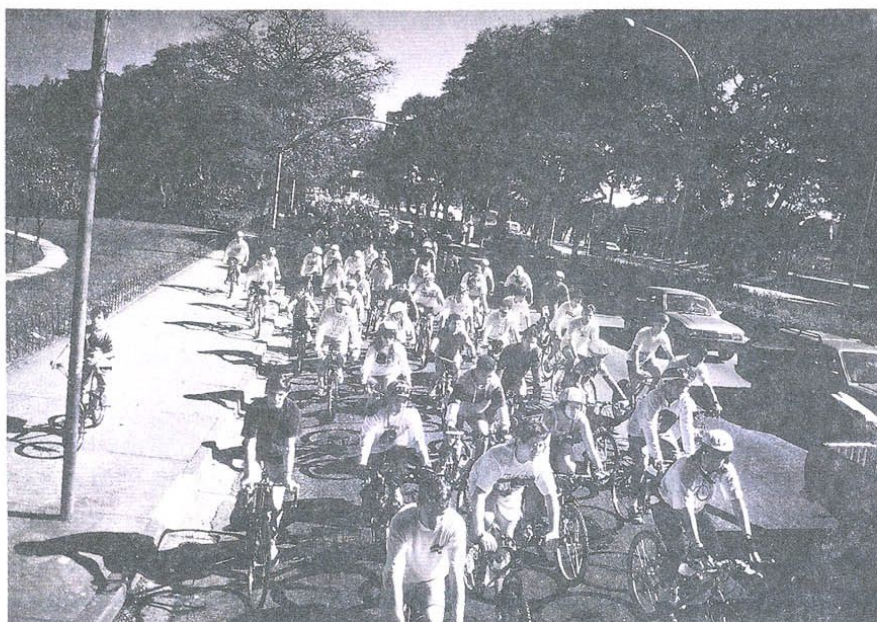
A idéia megalomaniaca de que existe um planejamento uniforme não funciona — temos que estabelecer relações sociais, relações de área com área. Trata-se de afirmar a dimensão local, o que não implica em voltar atrás, ao pequenininho, ao interesse puramente localizado. A região metropolitana estará discutindo as ligações entre regiões. Não dá mais para ter um tecnocrata sentado em uma mesa dizendo o que vai acontecer em uma cidadezinha próxima. Ele pode ajudar a conectar uma região a essa cidade, pensando junto, para chegar à melhor forma de ligar ambas. A realidade tem mostrado que aquilo que se imaginava ser o planejamento do futuro — todo controlado e coordenado, como por obra de um deus, é um equívoco imenso. É possível ter um determinado bairro auto-suficiente, mesmo dentro da metrópole. É também perfeitamente viável deslocamentos em uma região, no interior de uma metrópole, por meio de bicicleta, assim como pode não sê-lo em outros lugares.

As cidades do futuro vão estar compatibilizando o uso de sistemas de transporte de alta tecnologia com outras formas de circulação?

Sim, e mais, trata-se de reverter a cultura dominante que busca oferecer o máximo possível de acessibilidade ao centro. Pensava-se em metrô em termos de área central — milhares de linhas ligando pontos para que todos tivessem acesso a cada ponto e, a partir daí, fizessem outras conexões. Só que esse centro é finito.

Por outro lado, não propomos descentralizar toda uma área cultural, mas garantir o acesso rápido de pessoas que moram a 20 ou 30 quilômetros da cidade, à noite. Neste período, o sistema viário está desimpedido. Pode-se perfeitamente viver a maior parte do tempo em uma região e à noite deslocar-se para a cidade cultural.

É uma mudança de cultura porque as pessoas acreditam que devem ter **sempre** acesso imediato, aos locais que desejam e isso é uma falácia. Na verdade, é preciso planejar a redução da necessidade de deslocamento. Muitos lugares podem ser auto-suficientes e ao mesmo tempo deve-se manter a concentração de algumas atividades que só subsistem desta forma. Trata-se de reviver a unidade de vizinhança sem perder a dimensão cosmopolita.



Integração Natureza

Manifestação Greenpeace "Cidades Livres de Carros"

Pensar as pessoas andando a pé não é um absurdo, um atraso, é pensar o futuro. Mas, é preciso dar condições para se andar a pé. As pessoas devem poder chegar ao seu local de trabalho, de lazer, o que não é tão simples: em geral a pessoa desce do ônibus e cai num buraco na calçada; vai atravessar e depara-se com um carro correndo em alta velocidade; chega no semáforo e demora um tempo absurdo para passar.

Mudança cultural significa também tratar como vias as calçadas com grande movimentação de pessoas. Para tal, deve-se garantir fluidez, segurança, qualidade, conforto. Em relação à bicicleta deve-se criar ciclovias e sinalizar os trajetos para melhorar a segurança, criar locais para estacionamento, pensar a integração com outros modos de transporte.

Em uma cidade pluricentral o indivíduo conquistaria uma maior qualidade de vida ao poder circunscrever parte de seu tempo a um espaço menor, onde ele transitaria mais tranquilamente na sua comunidade, no seu bairro, modificando essa dinâmica de ter que ultrapassar toda a cidade para ir ao cinema, levar os filhos à escola ou trabalhar. Por outro lado, há uma tendência mundial do uso da informática para a comunicação, o que reduz a necessidade de circulação. Já existem escritórios funcionando dentro da própria casa do funcionário e as pessoas reunindo-se ocasionalmente em escritórios centrais. Isto aumenta o tempo livre do indivíduo e as possibilidades de lazer, de suprir suas necessidades no bairro, o que também reduz a circulação. Porém, fica a pergunta: até que ponto isto não reduz também o espaço de sociabilidade, de troca? Resgatar algo perdido, combinando com uma dinâmica moderna de relações é desejável e positivo, mas isso não poderá levar o indivíduo a se isolar?

É preciso analisar estas questões sob diversos aspectos. O que é efetivamente a sociabilidade que temos? É óbvio que, no futuro, o indivíduo vai perder espaços de sociabilidade a partir da relação de trabalho ao trabalhar dentro de sua casa conectado por um sistema de computadores. O trabalho foi produtor de cultura, mas o isolamento do trabalhador para obtenção de uma maior produtividade também é um fato. Independentemente de nossa vontade, haverá uma tendência à descentralização dos espaços de produção, por uma necessidade do capital e da própria produtividade. O que não significa que o capital vá se humanizar. Ele terá que se ajustar, mas não vai abrir mão do que tem a não ser pela pressão social. Lutamos para que o capital se submeta às mudanças culturais que apontam para a conquista de novos espaços, novas relações sociais, nova apropriação eqüitativa das riquezas.

Então, o movimento de se voltar para dentro vai se equilibrar com a possibilidade de ter a praça como local de encontro, de lazer. As pessoas vão se cruzar nos parques, andando de bicicleta ou a pé, reunindo-se para discutir seu bairro, seu parque. Quando se vive em uma cidade como São Paulo, a vida se resume, na maioria dos casos, em viagens entre a casa e o trabalho e a sociabilidade torna-se uma relação mesquinha e muitas vezes de competição.

Isso gera uma permanente insatisfação, um estresse cotidiano, ou seja, uma desqualificação da vida.

Exatamente. Por isso os planejadores urbanos, juntamente com a população, têm que garantir pontos de concentração de atividades — os centros culturais — e viabilizar seu acesso. Além disso, deve-se levar em conta a pobreza absoluta no país. O que é a vida de uma população pobre? Ela sai para vender sua força de trabalho, vive correndo. Não existem alternativas de lazer que não

custe dinheiro. Muitas vezes, chega ao extremo de se ver impedida de sair de casa porque não tem dinheiro para pagar o transporte. Visitar um parente torna-se um investimento e não um prazer. É preciso economizar, planejar para visitar um familiar do outro lado da cidade.

No momento que se introduz a questão social, a miséria, percebe-se a importância de encontrar soluções a nível local. O planejamento local deve trabalhar com o transporte coletivo, com a bicicleta, com o andar a pé. A perspectiva é restringir o automóvel, criar espaços denominados "ilhas de autonomia", fechar o acesso aos bairros e ao centro.

Essa nova maneira de entender a dinâmica da vida urbana vai enfrentar resistências quando levada à prática de forma ampla e efetiva?

Sim. Por exemplo, a indústria automobilística e a especulação imobiliária deverão conviver com outras formas de estrutura da vida urbana. Estes setores, bem como as grandes empreiteiras, não se mostrarão receptivos a pensar as cidades descentralizadamente, porque isto implicará em resolver problemas que tenderão a diminuir a necessidade de veículos e, portanto, de grandes obras. Hoje isso afetaria os interesses de grandes grupos econômicos. Apesar das resistências, uma nova concepção de cidade será implantada. Estes grupos continuarão investindo na cidade, mas não com os altíssimos lucros como se verifica atualmente.

Pode-se pensar as cidades do futuro ligadas por sistemas rápidos de transporte de massa, não para atender a demanda, mas para poder especializar alguns tipos de serviço como um centro cultural. A nova qualidade de vida tem se mostrado virtual na medida em que cresce o poder local, em que o município conquista mais autonomia e trabalha no sentido da democratização da gestão e de uma nova maneira de administrar os recursos públicos. O prefeito discute o orçamento em cada pequeno bairro, a população definindo onde aplicar o dinheiro público. Assim, para garantir a aplicação de um capital em uma grande via é preciso que a obra seja muito bem justificada. Desse modo o bairro, a cidade começam a pertencer ao cidadão e o Estado se desestatiza.

Significa dizer que está em andamento uma mudança cultural em dois planos: uma mudança política na forma de conceber a gestão do espaço público e uma mudança cultural em que a sociedade será chamada a reavaliar suas posturas, necessidades e valores no sentido de passar a contribuir para a construção de uma forma mais humana de sociedade, a partir de seu bairro, de sua cidade.

O ponto chave é o planejador começar a acreditar que o centro de cada bairro é importante e, portanto, investir nele e não em formas de acessar o centro da cidade. Trata-se de investir em cada

bairro para dar maior qualidade aos serviços, ao comércio, o que viabilizará o deslocamento a pé ou de bicicleta. A metrópole deixa de ser aquela coisa enorme e começa a ter mundinhos dentro de si.

Em Porto Alegre já estamos começando a dar habitabilidade aos centros dos bairros para que as pessoas recoloquem sua identidade e seu próprio cotidiano a partir desta referência local.

Porém, reafirmo, isso não é uma volta ao passado: é um questionamento e uma revalorização daquilo que não deu certo. A idéia é recolocar o moderno, ou seja, democratizar o uso das tecnologias modernas em um patamar que garanta qualidade de relações e qualidade de vida para todos. É afirmar a democracia, o poder local, a população exercendo seus direitos. O que a democracia introduz é a possibilidade de se discutir a globalidade a partir do local. A tendência é o administrador atuar de forma mais ampla, implementando políticas que beneficiem o conjunto da sociedade. O local não tinha voz, nem vez, não tinha espaço para se exprimir, para negociar. Quem tinha poder, recursos financeiros, era a capital e o governo do Estado.

Hoje o município tem mais poder e recursos, consegue interferir, negociar, por exemplo, por onde deve passar uma nova perimetral, o que fazer com árvores e parques que supostamente teriam que ser atingidos ao construir uma via ligando a região metropolitana. É todo um processo de reconstrução de nossas cidades e de nossos valores. É utopia? Pensar hoje em projetos e realizações para o início do terceiro milênio não é utopia!

No Japão existem estacionamentos eletrônicos verticalizados onde a pessoa deixa rapidamente sua bicicleta e segue por trens expressos, ônibus etc. Existem experiências significativas de planejamento com base nesta visão em outros locais do mundo?

Na Holanda houve um plebiscito no final de 1992 para a retirada dos carros das áreas centrais, e mais de cinquenta por cento da população decidiu que em três ou quatro anos retirariam os carros do centro. Isto significa que a sociedade terá que se preparar para esta mudança. Em várias cidades importantes do mundo já há uma boa acessibilidade a qualquer ponto da cidade, seja de bicicleta ou outros meios de transporte coletivo. Há um sistema orientado, estruturado, para que se atinja o local desejado, ligação de sistemas, estacionamento de bicicletas, vagões e ônibus para transporte de bicicletas. É possível mudar isso desde já com ações concretas. É preciso mudar, por exemplo, a cultura da acessibilidade associada à dependência do automóvel; o transporte coletivo precisa ser de qualidade. Andar a pé e rodar em bicicleta deverá ser planejado como novos modos de deslocamento.

Como foi sua experiência em Santo André como Secretário de Transporte (1989-1992) e atualmente em Porto Alegre?

Em Santo André o principal congestionamento era causado por um semáforo de pedestres. Poderíamos tirar aquele congestionamento a qualquer momento, impedindo o pedestre de atravessar ou deixando que o matassem. Aumentamos o tempo para a travessia, o que levou ao congestionamento e a tensionar ainda mais as relações. Começamos a limitar o acesso aos automóveis, mas a cidade o aceitava. Alguns bairros podiam ser acessados de automóvel, mas havia o local certo de entrar e de sair. O mesmo ocorria com os ônibus. Não eram bairros segregados, sua acessibilidade é que foi limitada.

Já em Porto Alegre está existindo a preocupação com o aspecto ambiental e passamos a monitorar a poluição. A política de transporte atuará para reduzir os pontos de altos níveis de poluição. As medidas vão desde a introdução de diesel metropolitano (combustível bem menos poluente e que, comprovadamente, reduziu de forma significativa a poluição nos corredores de ônibus), estudos para uso do gás natural, até mudanças na concentração de terminais de ônibus na área central da cidade. A inovação nas políticas públicas de transporte é integrar os pressupostos ambientais e de patrimônio cultural. Isso vai gerar tensões entre os interesses econômicos e os ambientais, mas é fundamental para toda a sociedade trabalhar com o conflito, porque a partir daí apresenta-se dados, informações, que permitem a discussão e geração de alternativas.

Vamos desenvolver um trabalho no sentido da definição do sistema viário do ponto de vista do pedestre: é preciso mostrar para a comunidade onde estão as vias de pedestre mais importantes da cidade. Isto implica em tratar a calçada diferentemente, significa que as travessias vão sofrer impacto.

Pretendemos discutir o uso da bicicleta em determinados pontos da cidade, não como lazer, mas como transporte. Estamos avaliando que alguns bairros têm condições de ampliar a acessibilidade dos ônibus e, portanto, de se criar linhas transversais, perimetrais, rompendo com a visão de cidade radiocêntrica, onde todas as linhas que dão acesso aos bairros têm que necessariamente passar pela área central. Além disso, rompeu-se com a suposição dos empresários do transporte que afirmavam não serem estas linhas rentáveis. Ao contrário, estas são as mais carregadas e, portanto, economicamente viáveis. Queremos descentralizar e para tanto investiremos em outros subcentros da cidade, para que se transformem em referência de acesso.

A proposta do Não-Transporte trabalha com uma visão interdisciplinar de planejamento urbano?

Sim, quando propomos o Não-Transporte, não se pode fazer uma discussão isolada da cultura, do projeto econômico e ambiental — é necessariamente um projeto holístico. Significa dizer que é possível você discutir transporte comigo, porque você faz parte desse conhecimento e eu não sou só arquiteto, estou discutindo com você sociologia, cultura, vida. Você fez uma série de questionamentos sobre transporte sem ser da área do transporte, porque eu também não estou trazendo para você a especialidade em transporte. Eu estou trazendo uma discussão onde o transporte é visto como uma parte que contém o todo. Essa proposta choca-se com as especialidades, com as consultorias, com verdades e conhecimentos de pacotes fechados.



Manifestação Greenpeace "Cidades Livres de Carros"

Integração Natureza

Quando apresentamos essa tese no Congresso Brasileiro de Transporte Urbano, em 1989, foi uma bomba. As pessoas diziam: "você está propondo que eu não exista?"; "o que vai ser do meu trabalho?"; "você está propondo que a cidade pare?"; "que não se tenha desenvolvimento?". Foi interessantíssimo. Vai haver esse choque cultural. Acredito, porém, que ele não será enfrentado na área do transporte, será um enfrentamento social. É um enfrentamento que também esteve presente na Eco 92.

25 de março de 1993

CIDADES LIVRES DE CARROS

Roberto Kishinami

*Coordenador de Energia e Atmosfera da Greenpeace
Especialista em Uso de Energia*

1. Congestionamentos e Poluição — Pragas das Cidades Modernas

As cidades modernas estão paralizadas pelos congestionamentos, ensurdecidas pelo barulho, envenenadas pelo ozônio troposférico, metais pesados e outros poluentes atmosféricos, constituindo a sede de uma das principais causas do colapso climático global. De Los Angeles a Praga, da cidade do México ao Cairo, os veículos são as pragas das cidades.

1.1 Transporte nas cidades — motor do colapso climático

Em todo o mundo o transporte desempenha um papel cada vez maior na mudança do clima do planeta e na poluição atmosférica. Os veículos são os maiores consumidores individuais de derivados de petróleo e, por isso, são os principais emissores de dióxido de carbono (CO₂), compostos orgânicos voláteis (COVs), óxidos de nitrogênio (NO_x) e monóxido de carbono (CO), contribuindo também significativamente para a emissão de clorofluorcarbonados (CFCs)¹. Todos esses gases contribuem, direta ou indiretamente, para o aquecimento global. Os CFCs contribuem também para a destruição da camada de ozônio estratosférico. O CO₂ é o gás-estufa mais importante emitido pelos motores dos veículos. A cada ano, os carros jogam dióxido de carbono para a atmosfera em uma quantidade maior que o seu peso.

Mais de 4 bilhões de toneladas de CO₂ são emitidos anualmente pelos veículos de todo o mundo². Embora não existam dados exatos para o mundo todo, é evidente que os carros nas cidades contribuem com uma parcela significativa dessas emissões. Na Alemanha, os carros nas cidades respondem por aproximadamente 30% das emissões de CO₂ do setor transportes. Se considerarmos as regiões metropolitanas, esta participação é ainda maior.³ As emissões de CO₂ pelos carros nas cidades totalizam de 1.5 a 2 bilhões de toneladas anuais! Mesmo assumindo um aumento gradual na eficiência da frota circulante, o aumento do número de veículos vai resultar no aumento contínuo das emissões de CO₂ em todo o mundo.

O que irá acontecer, se esta tendência continuar? O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, órgão de assessoramento científico das Nações Unidas, advertiu em 1990 que, se as emissões de CO₂ continuarem no ritmo previsto, a temperatura global aumentará de aproximadamente 4° C com relação ao período pré-industrial, antes do final do próximo século.⁴

A Terra tem passado por mudanças de temperatura ao longo de sua existência, mas a taxa da mudança verificada hoje não tem

precedentes. No passado, mesmo as mudanças de temperatura mais rápidas demoraram de dez a cem vezes mais do que as previstas para o próximo século. As mudanças climáticas decorrentes terão um enorme impacto sobre os ecossistemas de todo o mundo e, em decorrência, sobre a vida humana.

A Terra se aqueceu no último século de 0.5 a 0.7 graus centígrados. Ninguém pode prever os custos reais do aquecimento global. Mesmo assim, há sinais de catástrofes potenciais à vista. É difícil acreditar que os seguintes eventos climáticos foram mera coincidência

- * 1990 foi o ano mais quente desde que os registros de temperatura começaram há mais de um século atrás.

- * 1991 foi o segundo ano mais quente, apesar do significativo esfriamento provocado pela erupção do vulcão Pinatubo.

- * Os sete anos mais quentes ocorreram todos nos últimos dez anos.

- * Os recifes de coral estão começando a descolorir e a morrer em águas que estão aquecendo a níveis sem precedentes no Caribe, Pacífico e Oceano Índico.

- * Secas intensas têm atingido o sudeste da África, nordeste do Brasil, Califórnia, sudeste da Inglaterra, Europa Central e outras regiões.

- * Furacões de poder destrutivo recorde têm atingido o Caribe e o Pacífico.

A maior indústria do mundo — a indústria de seguros — começou a despertar para o problema do aquecimento global e seus sérios impactos sobre a sua lucratividade.⁸ Desde 1987, as companhias de seguros sofreram perdas que chegam a US\$ 45.9 bilhões provocadas por grandes tempestades e furacões.⁹ Em agosto de 1992, como resultado do Furacão Andrew que atingiu a costa da Flórida, torres de petróleo desabaram, tubulações romperam-se e a produção de derivados de petróleo foi interrompida, a um custo para a indústria do petróleo de US\$ 200 milhões.

1.2 Névoa Urbana Mortal

Além do aquecimento global, as emissões dos veículos produzem enormes impactos sobre a saúde humana e o meio ambiente. Um carro emite um coquetel de mais de 1.000 poluentes, afetando pessoas e meio ambiente nas áreas urbanas, antes de chegar às áreas rurais e países vizinhos, onde afeta novamente a saúde humana e o meio ambiente. Partes diferentes do ciclo de poluição recebem nomes diferentes: fumaça, poluição urbana, chuva ácida, ozônio troposférico.

Nas últimas décadas, o desenvolvimento da engenharia de motores de combustão interna (como os filtros catalíticos) reduziram as emissões dos carros, mas o número de carros nas cidades

elevou-se a tal ponto que o total de poluentes emitidos aumentou enormemente.

Os carros são a maior fonte de CO, respondendo por mais de 65% das emissões desse poluente nos países da OECD (Organization for Economic Cooperation and Development).¹⁰ Sendo uma das substâncias mais tóxicas¹¹, o CO afeta a saúde humana reduzindo a capacidade de transporte de oxigênio do sangue, provocando diminuição da percepção, retardamento dos reflexos e sonolência. Provoca ataques de enxaqueca e afeta o sistema nervoso central, o coração e a oxigenação dos órgãos. Em grandes doses é fatal.

O dióxido de nitrogênio (NO₂) afeta tanto a saúde de plantas como de pessoas. Nos países OECD, 47% das emissões de óxidos de nitrogênio vem dos veículos. Metade vem dos automóveis e metade dos veículos pesados. O dióxido de nitrogênio afeta o crescimento e induz a lesões em plantas mais sensíveis, enquanto nas pessoas produz irritação das vias respiratórias, redução das funções pulmonares e aumenta a suscetibilidade às infecções viróticas. Os óxidos de nitrogênio (NO_x) têm um papel importante na formação da chuva ácida. Nos países industrializados contribuem com 50% da acidificação das chuvas. Além disso, têm também importante papel na formação do ozônio de baixa altitude (troposférico).

Os combustíveis não-queimados ou parcialmente queimados e emitidos pelos carros são chamados hidrocarbonetos (HC) ou compostos orgânicos voláteis (COVs). O transporte motorizado é responsável por 39% das emissões de COVs nos países industrializados. Alguns COVs, como o benzeno, são cancerígenos. Outros causam sonolência, irritação dos olhos e tosse.

Os COVs causam danos ambientais através da reação com os NO_x para formar ozônio (O₃) troposférico e outros agentes fotoquímicos. A poluição por ozônio é um dos principais fatores de danos às florestas em todos os países industrializados. A névoa fotoquímica causa irritação dos olhos, dores de cabeça, tosse, diminuição da função pulmonar e irritação dos olhos, nariz e garganta. Os asmáticos e as crianças são os mais afetados mas, para qualquer indivíduo, as chances de sofrer efeitos adversos à saúde aumentam bastante com a realização de exercícios pesados em locais com níveis elevados de ozônio. Os efeitos da névoa fotoquímica, em escala urbana, têm sido observado por décadas em grandes cidades de todo o mundo. O ozônio e seus precursores podem também ser transportados e acumulados por grandes áreas, de várias centenas ou milhares de quilômetros quadrados. Na Califórnia, estima-se que o ozônio troposférico causa perdas anuais de 20% de produtos agrícolas como o algodão e a uva.

Partículas minúsculas emitidas pelos escapamentos dos carros e que resultam da queima incompleta de combustíveis, são chamados genericamente de particulados inaláveis (PI). Eles podem ser

reconhecidos como uma fuligem muito fina, mas são partículas microscópicas de carbono que absorvem compostos químicos potencialmente tóxicos. Os PI são pequenos a ponto de penetrarem profundamente nos pulmões quando aspirados. Os motores movidos a óleo diesel produzem consideravelmente mais PI do que os motores a gasolina ou álcool. Os PI agravam as doenças respiratórias como bronquite e asma, mas o seu aspecto mais preocupante é que carregam agentes cancerígenos¹², particularmente hidrocarbonetos aromáticos policíclicos (HAPs).

Uma complexa mistura de metais pesados é jogada na atmosfera pelos veículos. Esta mistura inclui Níquel, Cromo, Cádmio, Arsênico, Manganês e Berílio. Alguns deles, como o Arsênico, Mercúrio, Cádmio e Chumbo são extremamente tóxicos mesmo em baixas concentrações. O acúmulo de metais pesados altera a química e biologia dos solos e sua presença nos ecossistemas afeta a saúde de plantas e animais. Os metais entram na cadeia alimentar através do leite de vaca e peixes, causando sérios problemas à saúde.

2. "Cidades Livres de Carros" — a proposta da Greenpeace

Com o objetivo de contribuir para a redução nas emissões de gases-estufa, simultaneamente à melhoria das condições de vida nas cidades, a Greenpeace propõe que os seus habitantes e governantes tomem iniciativas para banir os carros da vida das cidades. As iniciativas que mais claramente vão nessa direção são resumidas por "Não Transporte": além de transferir o transporte por carros individuais para o transporte coletivo e de massas, na atualidade, propõe novas premissas no planejamento urbano para que a demanda por transporte motorizado diminua, no futuro. Essas premissas incluem a diminuição das distâncias entre moradia, local de trabalho, lazer e aquisição de gêneros de uso cotidiano, além da implantação de equipamentos urbanos e facilidades para pedestres e ciclistas.

As mudanças nessa direção já começaram em algumas partes do mundo. Os resultados dessa mudança tornar-se-ão visíveis nos próximos anos e décadas, já que o planejamento urbano lida com tempos medidos em décadas. Na Europa, Zurique diminuiu o tempo de trânsito dos seus bondes ao mesmo tempo que diminuiu a quantidade de carros em circulação na cidade, enquanto Amsterdam continua a incentivar as bicicletas como meio de transporte. Na América Latina, a Greenpeace tem encontrado enormes resistências nos políticos das grandes cidades (México, São Paulo e Rio de Janeiro) que, a despeito das advertências, continuam a privilegiar as obras viárias voltadas para os automóveis como "solução" para os problemas de trânsito e transporte.

Mas existem também experiências positivas. A atual administração de Ribeirão Preto, cidade do interior de São Paulo com 450.000 habitantes, está propondo para a aprovação da Câmara dos Vereadores um Plano Diretor inovador, que tem como diretriz o "Não Transporte". Junto a este plano, uma malha ciclovária de

130 quilômetros de extensão será implantada a partir de março deste ano. A Greenpeace tem apoiado a implantação desse projeto, tendo iniciado gestos junto ao BNDES para a viabilização do empreendimento ao mesmo tempo que, através da Greenpeace Áustria, contratou um renomado especialista em implantação de ciclovias (Dr. Wolfgang Haus) para auxiliar a equipe da Prefeitura de Ribeirão Preto.

Referências

1. Deluchi, M.A et al (1988): Transportation fuels and the Greenhouse effect, Transportation Research Record, vol. 1175.
2. Walsh, M.P.: Global Gridlock, a Greenpeace Report (a ser publicado).
3. Bundesministerium fuer Verkehr (Hrsg.) 1992: Verkehr in Zahlen 1992 (S. 301 — Kennziffern der ehemaligen DDR — Bestand an Kraftfahrzeugen, KFZ-Fahrleistungen).
4. Intergovernmental Panel on Climate Change (1990): Climate Change — The IPCC Scientific Assessment. Cambridge University Press, Cambridge.
8. Berze, G.A. (1992): Heat of the Moment, The Review.
9. Leggett, J. (1993): Climate Change and the Insurance Industry, Greenpeace, London.
10. Organization for Economic Development (1991): The State of the Environment, OECD, Paris.
11. Department of Environment (1989): UK digest of Environment Protection and Water statistics, No 12, HMSO, London.
12. International Agency for Research on Cancer (1989): Diesel and Gasoline Engine Exhausts and Some Nitroarenes, IARC Monograph on the evaluation of cancerogenic risks to humans, No 46, WHO, Geneva.
13. World Health Organization (1987): Air Quality Guidelines for Europe, WHO Regional Publication European Series No 23, Copenhagen.
14. Renner, M. (1988): Rethinking the Role of the automobile, Worldwatch Institute, Washington.

Leitura Recomendada

- Thaler R., Koch H. (1992): Ways towards viable urban traffic in tomorrow's cities, Greenpeace, Vienna.
- Elsworth S. (1991): The environmental impact of the car. Greenpeace, London

Martin Longoria e Jose Ceballos

"Lutar por um melhoramento integral do habitat das pessoas significa não reduzir a luta dos moradores de periferia as suas necessidades materiais imediatas, mas incorporar a elas uma visão integral de desenvolvimento em que o direito à moradia e a boas condições de vida esteja ao lado do direito a um meio ambiente saudável".

Martin Longoria é Membro da Secretaria Executiva da FCOC.

Jose Ceballos é Diretor do *Comite de la Defensa de los Derechos Barriales* (Copadeba) — São Domingos, República Dominicana. Membro do Comitê Executivo da Frente Continental de Organizações Comunitárias (FCOC).

O que é a Frente Continental de Organizações Comunitárias (FCOC)? Como ela surgiu e quais são seus objetivos?

Martin: A Frente Continental é um dos frutos das lutas populares urbanas ocorridas no continente na década de 80. Foi constituída em 1987, em Manágua, como resultado de um processo de intercâmbio e do trabalho conjunto entre organizações populares de diferentes países do continente. Reflete o amadurecimento das experiências das lutas sociais nos bairros e cidades, tanto nas metrópoles como nas cidades médias, e também o amadurecimento das lutas pela democracia e pela cidadania.

Atualmente, participam da FCOC organizações dos Estados Unidos, México, Cuba, República Dominicana, Guatemala, Honduras, São Salvador, Nicarágua, Costa Rica, Panamá, Colômbia, Equador, Bolívia, Peru, Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. São organizações empenhadas nas grandes lutas nacionais de seus países, desde aquelas que chegaram ao exercício do poder popular (como os comitês de defesa da revolução de Cuba ou o movimento comunitário da Nicarágua), até as que integraram as lutas pela democratização do poder e dos espaços da vida política e social no continente (como é o caso dos salvadorenhos, mexicanos, peruanos e dos próprios brasileiros).

O objetivo da FCOC é gerar um espaço unitário para a ação dos setores populares. Resgatamos a idéia de mudança social que os movimentos populares têm colocado em todo o continente e o potencial de transformação presente nas lutas pela melhoria da qualidade de vida. A FCOC caracterizou-se, desde seu surgimento, por ser um espaço de encontro, análise e sistematização dessas experiências e de elaboração de contribuições concretas para chegarmos a uma democracia participativa.

A FCOC tem um eixo único de intervenção política nos países em que atua? Como são entendidos os diferentes processos de organização da sociedade civil latino-americana?

Ceballos: A FCOC é um espaço aberto e plural que procura ser um instrumento de construção da democracia. O tipo de contribuição que oferecemos varia conforme as diferentes realidades políticas e sociais. Para definir nossa atuação consideramos sempre a situação política e econômica do país, que gera determinada situação social que, por sua vez, produz determinadas respostas do movimento popular — sempre matizadas pela cultura desse país. A contribuição que a FCOC pode dar, portanto, vai depender muito da conjuntura, da realidade, da cultura e das próprias respostas dadas pelo conjunto do movimento popular desse país ou região.

Uma realidade que também consideramos é a própria problemática do movimento popular. Vivemos uma época onde aparentemente todos os problemas existentes já foram colocados, mas em que é muito difícil encontrar soluções. Neste vazio de soluções, coisas que pensávamos superadas acabam voltando à tona. Temos, por exemplo, a intenção, manifesta em discurso, pelo agir coletivo, mas as ações continuam individuais — senão de indivíduos, de organizações.

Aceitamos a pluralidade, hoje muito grande, mas ainda não chegamos a estabelecer um consenso sobre os pontos em que estamos de acordo e as divergências. Não temos sequer os critérios sobre os quais poderíamos estabelecer um diálogo. Ainda há muita desconfiança, fechamento de questão em torno de suas próprias verdades e, muitas vezes, das exigências dos partidos políticos que atuam nesses grupos.

Somos sempre cuidadosos em nossa atuação, respeitando e levando em conta estes aspectos. Antes de colocar nossas propostas, tratamos de sentir estas coisas. E mesmo quando a FCOC já tem uma avaliação sobre um país ou região, agimos de modo a criar o mínimo possível de problemas. Acreditamos que esta é a única maneira de atuarmos sem desrespeitar os processos já tradicionais de países e grupos.

Quais são e em que países aconteceram as principais experiências com bons resultados em termos de conquistas sociais e políticas?

Ceballos: Eu começaria pela experiência vivenciada em meu próprio país, a República Dominicana, que está sofrendo um processo de desalojamento massivo. Os moradores estão sendo expulsos em nome de um suposto processo de modernização da cidade de São Domingos, a capital. Pretende-se com isso que as celebrações dos 500 anos da América não se defronte com a extrema miséria que há em nosso país. Para esconder a miséria, o governo dominicano está expulsando cerca de 250 mil famílias das áreas centrais, quase um milhão de pessoas, deslocando-as para fora da cidade sem oferecer-lhes serviços, moradia ou algum tipo de auxílio econômico que as ajude a recompor-se na vida. Isto tem provocado uma grande reação da população. Esta problemática foi levada à FCOC em 1987. Fizemos então uma ação dirigida às Nações Unidas. Organizamos uma caravana de automóveis até a sede da ONU em Nova Iorque, articulada com o movimento de latino-americanos residentes nos Estados Unidos. Conseguimos introduzir alguns documentos na ONU e obtivemos algumas vitórias, como duas condenações formais das Nações Unidas ao governo dominicano pela situação criada no país.

Esta intervenção serviu como um alerta a nível internacional sobre esse tipo de programa de desalojamento. Com base na



Arlete Moisés Rodrigues

Praça da Cidade Colonial em Santo Domingo

experiência dos dominicanos, percebeu-se que processos semelhantes estavam ocorrendo em outros países — constatou-se mais doze casos. Em Seul, na Coréia, mais de um milhão de pessoas foram desalojadas devido às Olimpíadas de 1992. Isto também aconteceu em Hong Kong, na África do Sul e em vários outros países em que não se imaginava que os governos estivessem praticando ações desse tipo. A partir daí iniciou-se uma campanha internacional contra o desalojamento de populações, o que tem contribuído muito com os movimentos específicos de cada país.

A solidariedade internacional, especialmente nos casos de repressão, é outro aspecto da ação da FCOC. Temos conseguido evitar perseguições, contribuído para a libertação de participantes dos movimentos populares que estejam detidos e com a localização de companheiros momentaneamente desaparecidos. As ações conjuntas com organizações de defesa dos direitos humanos, que atuam na América Latina, têm conseguido pelo menos garantir a vida de companheiros que estão presos.

Por último, estamos trabalhando para obter consenso sobre alguns temas, como a defesa da democracia. Isso, por exemplo, nos levou à Cuba, em novembro de 1991. Fomos discutir com o governo cubano sua visão de democracia. O intercâmbio com os cubanos foi muito significativo. Aprendemos com sua experiência e também apresentamos nosso entendimento daquilo que falta em Cuba para a construção de uma democracia efetivamente popular.

Ainda está pendente, embora já tenhamos avançado bastante, uma definição sobre o trabalho da mulher no movimento de bairros e áreas populares. No México, em abril de 1991, houve um primeiro encontro de mulheres de favelas e bairros populares. Foi marcado

um segundo encontro para 1992 em Lima, mas a situação interna do Peru impediu que ele fosse realizado.

No momento, estamos apoiando a campanha mundial pela moradia, partindo das experiências concretas e muito diversas que existem em nossos países. No México, por exemplo, existem experiências de autogestão na construção de casas. Na República Dominicana, a luta contra o desalojamento está se convertendo em uma luta pela moradia, tanto para os que foram expulsos de suas casas como os que, apesar de terem permanecido em suas casas, vivem muito mal.

Com quais articulações ou redes de cooperação internacional vocês atuam para a intervenção na América Latina?

Ceballos: Temos contato com algumas agências européias que trabalham com direitos humanos, como a Hemisfério, a CEBEMO e alguns organismos de anistia internacional. A *American Watcher*, dos Estados Unidos, tem prestado muito apoio nas lutas por direitos humanos. Temos também relações com grupos regionais — ONGs que trabalham com direitos humanos ou que atuam em alguma área em que também trabalhamos, como construções de moradias, meio ambiente, contra a repressão e a falta de liberdades públicas. São relações que se estabelecem de acordo com o tipo de trabalho que está sendo desenvolvido. Temos contatos estreitos também com redes de educação popular, como a ALFORJA, a Comissão de Educação de Adultos da América Latina (CEAAL), e outras instâncias.

Como a FCOC chegou às lutas ambientais?

Martin: A luta pela melhoria das condições de vida, tanto nos pequenos povoados quanto nos bairros periféricos e nas grandes cidades implica, em muitos casos, em lutas ambientais. Poderíamos dizer que todas são lutas pela melhoria das condições ambientais. Mas essa relação não se dava de maneira explícita. O processo de participação da FCOC nas lutas ambientais, até chegar à Rio 92, significou uma mudança qualitativa na forma de entender a questão ambiental — uma mudança que incorpora a idéia de lutar por um melhoramento integral do habitat das pessoas. Isto significa não reduzir a luta dos moradores de periferia as suas necessidades materiais imediatas, mas incorporar a elas uma visão integral de desenvolvimento em que o direito à moradia e a boas condições de vida esteja ao lado do direito a um meio ambiente saudável.

Foi esse processo que nos levou ao Fórum Internacional de Reforma Urbana e Meio Ambiente, na Rio 92, onde começam a aparecer os primeiros resultados dessas visões mais avançadas da luta social urbana no continente.

Como tem sido a relação com os ambientalistas? Há algum avanço no sentido de unir trabalhos específicos do movimento popular com os de defesa do meio ambiente?

Ceballos: Não há uma visão ou atuação unificada desses movimentos nos diferentes países. Em alguns casos por desconhecimento, em outros porque não há uma consciência ambientalista explícita. Muitas vezes se faz um trabalho que implica diretamente na defesa do meio ambiente, mas arrola-se essa luta como defesa da qualidade de vida e não como luta ambiental. Em alguns países simplesmente não há relação entre o movimento ambientalista e a luta organizada dos movimentos dos bairros populares. Em outros, essa relação já acontece.

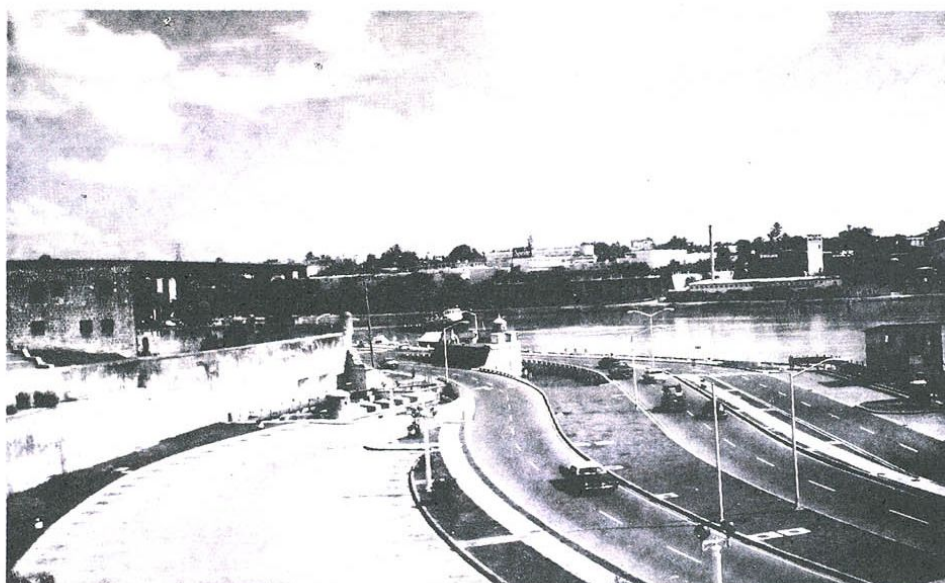
A partir do Encontro da Coalizão Internacional do Habitat (HIC), no México, em março de 1991, abriu-se um espaço para essa discussão e para a busca de uma maior integração entre o movimento popular e o movimento ambientalista. Isto se repetiu em Nova Iorque, em 1992, quando conseguiu-se estabelecer relações mais estreitas entre estes dois movimentos. Nesse encontro de Nova Iorque definiu-se como de vital importância estabelecer essa relação a partir de dois pontos comuns: a defesa da terra e a defesa da vida que, em essência, são mecanismos de defesa da própria humanidade. Pontos como estes permitem que os movimentos populares coordenem suas ações com os movimentos ambientalistas — desde a Greenpeace até os companheiros do Fórum Brasileiro dos Amigos da Terra. Na Rio 92 iniciamos algo do gênero, pensando em um plano imediato de ação entre movimento popular e grupos ambientalistas a nível internacional.

Quais são as bandeiras de luta comuns que permitem uma unificação do movimento sócio-ambiental na América Latina?

Martin: O terreno para essa unificação é o das exigências frente aos Estados para que cumpram seus papéis de satisfazerem os direitos fundamentais de suas populações. A bandeira mais importante para todos os movimentos populares é a exigência de que os governos garantam o saneamento ambiental básico. Isto deve ser complementado por uma aliança estratégica entre diferentes grupos de intervenção de forma que as lutas em defesa do meio ambiente sejam travadas numa perspectiva de desenvolvimento sustentável. Teremos que ser capazes de partilhar a aspiração por um meio ambiente saudável para toda a população, com todos os grupos que lutam pela cidadania nas diferentes cidades do continente.

Considero muito importante que a prática cotidiana de construção de um meio ambiente saudável nas diferentes cidades da América Latina aterrise e incorpore as demandas locais e os processos políticos em curso, metropolitanos ou por região. A luta

ambiental deve também contemplar as lutas por transformações econômicas ou por políticas urbanas, integrar as propostas de alianças nacionais com setores do campo e outros segmentos da sociedade civil. Tudo com um único propósito: construir espaços saudáveis para viver, sem destruir a natureza e a possibilidade de sustentação ecológica dos meios urbanos. O Tratado sobre a Questão Urbana aprovado no Fórum Global aponta nessa direção.



Arlete Moisés Rodrigues

Destruição dos muros da cidade colonial para passagem de avenida

Como você imagina que o Tratado sobre a Questão Urbana será apropriado pelas redes de cooperação e pelos movimentos populares?

Ceballos: Este Tratado representa a sistematização das demandas de um movimento. Espero que não fique nisso, mas que sirva de suporte para avançar e aprofundar discussões e que, a partir dele, se criem alternativas concretas. Este Tratado deve se converter em instrumento de ação e de educação, a exemplo do que ocorre com o movimento popular e de moradores, que na América Latina já avançou ao ponto de, no Congresso de alguns países, termos a participação de delegados populares independentes de partidos. Este documento deve passar por um processo de discussão que sirva não só para criarmos alguns acordos, mas, principalmente, para nos recolocar diante da realidade em que vivemos e assim perfilar o que poderia ser o futuro de nossa região.

Como as propostas de reforma urbana contempladas no Tratado poderiam ser viabilizadas? Elas poderiam ensejar novas articulações como a que está ocorrendo entre a FCOC e a Greenpeace nesse momento?

Martin: É comum na história de nossa geração — pessoas que desde a década de 70 lutam pela solução dos problemas urbanos e participaram das experiências populares dos anos 80 — primeiro

viver as coisas tal como elas se apresentam e, depois, procurar sua racionalidade. Este processo de aprender da prática e da experiência popular está nos levando a recolocar nossas ações em uma categoria superior. A luta ambientalista, popular, democrática, política e social passa por uma exigência de integralidade. De uma maneira ou de outra, todos entendem que os processos de articulação e de alianças, para serem viáveis e terem alcance, precisam apresentar projetos mais integrais de transformação.

O Tratado sobre a Questão Urbana que se produziu no Rio de Janeiro é o resultado de um "triálogo", o encontro de três tipos de experiência diferentes: a rica experiência da sociedade civil brasileira, a luta dos setores populares do continente, especialmente dos latino-americanos, e, no âmbito internacional, a afirmação dos direitos humanos em relação ao habitat.

Esse "triálogo" ainda tem muito a produzir. Está apenas começando, procurando a melhor linguagem para se comunicar. O momento é de buscar consensos e realizar acordos básicos para algumas ações, sabendo respeitar as diferenças de concepções e de objetivos. Eu diria que esse processo concretizou-se no contexto do Fórum Global, entre aqueles setores que mais se dedicaram à luta pelo desenvolvimento das organizações populares e os setores que lutam pelo ambiente e entendem que essa luta tem que tocar também nos modelos de desenvolvimento. A ação da Greenpeace é uma expressão dessa luta. A FCOC é um destes contingentes que expressam a luta pelo desenvolvimento social no continente. Ao organizar-se um encontro mundial sobre desenvolvimento e meio ambiente estas duas grandes correntes da sociedade civil, de âmbito internacional, acabaram se encontrando. A aliança FCOC-Greenpeace, que lançou a idéia de passarmos para a ação direta na luta pelo meio ambiente e pelo desenvolvimento terá, após a Rio 92, uma perspectiva mais concreta em cada país.

Teremos que ser capazes de gerar lutas e ações unitárias envolvendo os ambientalistas, o movimento popular e o conjunto da sociedade civil para que o Tratado sobre a Questão Urbana saia do papel. O Tratado, que coloca os primeiros e elementares direitos dos povos das cidades, precisa passar por um processo de experimentação para que, a partir dessa experiência, se possa resgatar e sistematizar propostas mais abrangentes. A FCOC convoca todos os grupos sociais, acadêmicos, não governamentais, ambientalistas, dirigentes populares e lideranças dos bairros, para que procurem os meios de aproximarmos nossas diferentes concepções.

É importante superar a barreira do imediatismo em que a onda de consolidação do modelo neoliberal tenta nos submergir, para que possamos protagonizar espaços alternativos, locais e globais. Para isso, precisamos nos fortalecer mutuamente. Nossa tarefa daqui em

diante é realizar pactos e acordos nacionais de cooperação entre grupos, ONGs, organismos acadêmicos e movimentos populares para darmos maior concretude e experimentação ao Tratado sobre a Questão Urbana. Um tratado que ficasse apenas na declaração dos direitos globais das pessoas de nada serviria.

O Fórum Global e suas conclusões podem ser vistos como marcos iniciais de uma transição para um novo estilo de desenvolvimento global?

Martin: Acredito que sim. Não estamos inventando a luta entre dois modelos de desenvolvimento — um modelo hegemônista, que submete a maioria da população à pobreza, e um outro modelo articulado para que todas as pessoas possam satisfazer suas necessidades, direitos e aspirações. Foi muito importante a presença no Fórum Global das forças vivas desse processo. Eu diria que, mais do que o início de uma transição, o Fórum foi a expressão desse confronto internacional. De um lado ficaram os Estados, grupos hegemônicos, elites, setores economicamente fortes no âmbito internacional e local; de outro, a sociedade civil e as organizações populares em suas mais diferentes expressões. A maior parte dos dirigentes comunitários que participam da FCOC tem nos mostrado que aquilo que acreditávamos que poderia ser feito, já está sendo feito. Isso nos permite lançar iniciativas ainda mais avançadas de ação e de luta.

08 de junho de 1992

O TRATADO DA QUESTÃO URBANA:
um instrumento atual

Arlete Moisés Rodrigues
Doutora em Geografia
Professora da Unicamp

O Fórum de ONGs e Movimentos Sociais, na Rio 92, representou um momento histórico de encontros que fez emergir a diversidade de problemas sócio-ambientais para os moradores pobres das cidades, vilas e povoados do mundo todo. Demonstrando a diversidade de problemas, permitiu a compreensão da gênese que diz respeito às relações que a sociedade estabelece entre si e com a natureza, permitiu a unidade no processo organizativo para a conquista de melhores condições de vida, como bem explicita o Tratado Por Cidades, Vilas e Povoados, Justos, Democráticos e Sustentáveis.

Pela importância histórica que teve o Fórum das ONGs e Movimentos Sociais poderia ter permanecido um evento único e mesmo assim já repercutiria nos movimentos sociais de vários países. Mas sua continuidade evidencia ainda mais a importância da estratégia política para ampliação das lutas populares sobre a Questão Urbana. Assim, dando vida ao Tratado, o Fórum Internacional da Questão Urbana, reuniu-se de 23 de setembro a 4 de outubro de 1992, na República Dominicana, com representantes do *Habitat International Coalition* (HIC), da Frente Intercontinental de Organizações Comunitárias (FCOC), e do Fórum Brasileiro de Reforma Urbana, onde estabeleceu-se a estratégia e as formas de ação conjunta.

O Tratado da Questão Urbana é, no entender dos promotores, uma declaração ao mundo das condições de vida da maioria dos cidadãos do planeta. É uma ferramenta fundamental para organizar e avaliar a atuação dos movimentos populares e ONGs no mundo todo. É a possibilidade da unidade dos movimentos populares respeitando-se a diversidade.

O Tratado da Questão Urbana deverá ser implementado em cada país de acordo com sua peculiaridade e ao mesmo tempo em nível internacional. Entre as primeiras providências está a divulgação dos termos do Tratado com a tradução para diversos idiomas, a elaboração de cartilhas, vídeos e cursos de formação para os setores populares dos vários países e regiões e o intercâmbio de experiências e notícias. Também prevê a participação de representantes internacionais nos eventos considerados de importância estratégica em cada país para a implementação do Tratado.

O Tratado por Cidades, Vilas e Povoados, Justos, Democráticos e Sustentáveis não foi uma chuva de verão, constitui-se numa utopia que depende de nós.

"A relação do urbano com os recursos materiais é apenas uma expressão da forma como se deu o desenvolvimento social. Não é a cidade que desperdiça os recursos materiais, mas o sistema mundial de produção e consumo".

Mario Vásconez é Diretor do Centro de Investigação *Ciudad*, com sede em Quito e Vice-Presidente do Secretariado Internacional da Água (SIA). Coordenador de Água e Saneamento da Rede de Estudos dos Serviços Urbanos na América Latina (REDES).

Qual é a origem do Secretariado Internacional da Água e como ele se constituiu?

O Secretariado Internacional da Água (SIA) teve sua origem em uma reunião de organizações não governamentais e pesquisadores de diversos países do mundo ocorrida em Montreal, em 1988. Ali discutiram-se temas sobre água e saneamento que interessavam a todos os presentes e produziu-se um documento consolidando essa discussão, a Carta de Montreal — que resume e sistematiza pontos de vista comuns às pessoas que participaram do encontro. A Carta de Montreal foi apresentada em 1990, na reunião realizada em Delhi, Índia, nas atividades de encerramento da Década Internacional da Água. Nessa oportunidade os participantes sentiram a necessidade e também a possibilidade de manter uma estrutura mínima capaz de garantir algum nível de continuidade de forma a manter contatos, troca de informações e o desenvolvimento de programas em comum.

A seguir houve uma reunião em Nairóbi, Quênia, com representantes de todos os continentes — pessoas que haviam participado dos encontros anteriores e também novas pessoas. Firmou-se um primeiro acordo para a formação do Secretariado e decidiu-se investigar os procedimentos mais idôneos para constituir uma organização não governamental internacional. Nos meses seguintes, Raymond Jost, secretário geral do SIA, conseguiu que se estabelecesse legalmente o Secretariado em Montreal. Depois disso, em uma reunião realizada em Oslo, preparatória à Rio 92, formalizou-se outros pontos relativos ao Secretariado. Constituiu-se uma direção provisória e um plano de ação imediata. Foram então realizados seminários regionais — na África, na Ásia e na América Latina — sobre o tema Água, Saneamento, Meio Ambiente e Desenvolvimento.

O seminário latino-americano realizou-se em Quito, Equador, o asiático em Manila, Filipinas, e o africano em Abdijam, Costa do Marfim. Estes seminários produziram três documentos com as posições regionais sobre o tema, os quais foram discutidos conjuntamente em um fórum continental em que participou o Secretariado, juntamente com a municipalidade de Estrasburgo e outras instituições. Esse fórum contou com o apoio dos governos do Canadá, da França e da Itália e nele foi gerado um documento global sobre o tema.

O resultado do fórum de Estrasburgo foi apresentado numa conferência de ONGs preparatória à Rio 92, realizada pelo governo francês, em Paris, no final de 1991. O Secretariado teve uma participação importante nesse encontro. Vários de seus integrantes foram escolhidos para as mesas redondas sobre água e saneamento,

sendo que as conclusões dos seminários de Quito e Estrasburgo foram assumidas no encontro de Paris.

Em Estrasburgo, o Secretariado constituiu-se de maneira mais formal. Formou-se uma direção com presidente — uma pessoa das Filipinas, Lilia Ramos (uma mulher), e dois vice-presidentes: Ibrahima Cheikh Diong do Senegal e eu, da América Latina. Decidiu-se também que o Secretariado não se limitaria às ONGs, mas procuraria incluir outros setores que também tivessem vinculação com o tema água. Mas, por enquanto, ainda funcionamos apenas com representantes de ONGs.

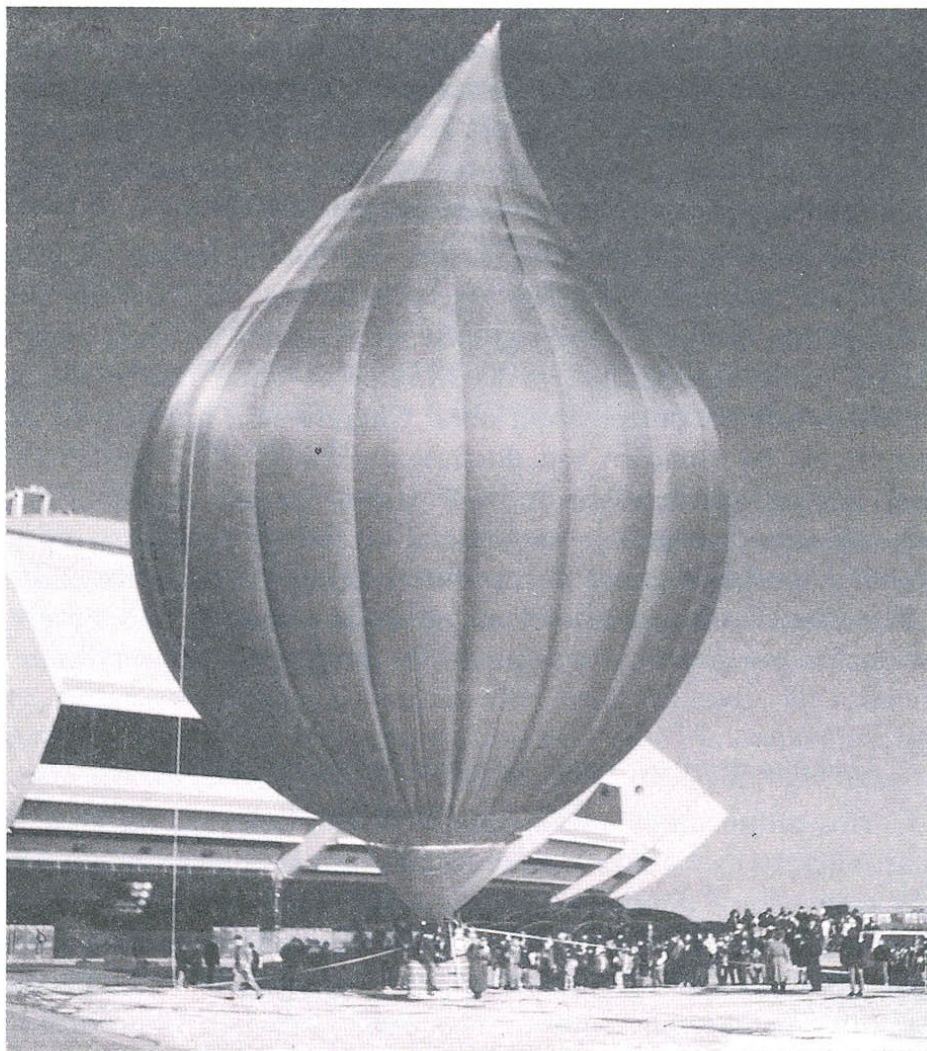
Na pré-conferência de março, em Nova Iorque, também estiveram presentes vários representantes do Secretariado. Participaram também outros grupos interessados no tema água — grupos norte-americanos e do México — que não estiveram presentes nos encontros anteriores. Chegou-se a um acordo para dois níveis de atuação: um documento das ONGs presentes em Nova Iorque que servisse de base para o Tratado de Água Doce elaborado na conferência não-oficial do Rio de Janeiro, o Fórum Global; e também formas de interferir nas questões relativas à água na Agenda 21. Conseguiu-se que várias de nossas posições fossem assumidas por pessoas com poder de decisão na pré-conferência oficial.

Que tipo de intervenção vocês fizeram no Rio de Janeiro?

Nos propusemos vários objetivos. Um deles era ter presença e participação na discussão do tema água nos seminários realizados. Nos propusemos ainda a criar novos mecanismos que pusessem o Secretariado em evidência e que chamassem a atenção para o tema água. Esse tema não foi elencado como específico — foi deixado um pouco de lado nas conferências preparatórias e na própria Rio 92. O máximo que se conseguiu foi incluir a água como um dos itens do Tratado sobre Agricultura Sustentável, o que é limitado, pois questões relativas à água estão presentes em outras atividades — extrativas, pecuária e a nível urbano.

O Secretariado conseguiu fazer uma campanha publicitária em torno do tema água usando como suporte um imenso balão em forma de gota — a Gota da Esperança — que pretendemos continuar usando em todo o mundo. A campanha publicitária foi um êxito. O balão esteve presente no dia da inauguração do Fórum Global. Procuramos fazer com que se deslocasse até o recinto da conferência oficial, no momento da entrega dos documentos e contribuições aprovados no Fórum das ONGs, o que não foi possível por problemas de segurança relativos às condições de navegação aérea. Mas, ao menos fizemos uma ação simbólica, com

este globo decolando e aterrizando no Rio Centro, sede da conferência oficial. Existem várias outras possibilidades de uso para esse balão, mas ainda não as desenvolvemos. Agora precisamos estabelecer prioridades, objetivos e formas de ação.



Gota da Esperança

De onde o Secretariado obtém recursos?

O Secretariado buscou formas diferentes de associação e colaboração para as diferentes atividades. Numerosas instituições e pessoas contribuíram com recursos e esforços para a "Gota da Esperança". Entre outros, a organização internacional Meio Ambiente e Desenvolvimento do Terceiro Mundo (ENDA, de Dakar, Senegal). Para seu funcionamento o Secretariado teve apoio significativo da cidade de Montreal, do governo de Quebec e da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (ACDI). No momento o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Voluntários das Nações Unidas estão apoiando uma série de atividades da SIA.

Além das ONGs e centros de pesquisa vocês contam com o apoio de organizações governamentais e empresas privadas. Como pretendem combinar estas distintas instituições? Governos e empresas privadas são os setores mais criticados por suas formas de manejo da água. Sua participação não comprometeria os objetivos do Secretariado?

A intenção original era constituir uma organização exclusivamente com base nas ONGs e movimentos sociais. Mas sabemos que estes dois setores carecem de recursos. Resolvemos então ampliar ao máximo a organização sem deixar de sermos seletivos. Nenhuma das organizações financiadoras tem, por exemplo, o direito de usar seu logotipo, nome ou símbolo do Secretariado — o globo em forma de gota.

Na medida em que o Secretariado, suas idéias e seu símbolo se tornarem mais conhecidos, muitas instituições vão querer participar de nossas iniciativas. Isso nos permite escolher, e teremos que saber escolher. Quanto à participação de empresas públicas e privadas, esta é uma opção que teremos que redefinir melhor no futuro.

O que querem dizer quando afirmam em seus documentos que a estrutura de financiamento do Secretariado reflete o caráter democrático e não-político do movimento?

Não poderíamos usar o balão para campanhas de caráter partidário, mas, naturalmente, o Secretariado tem um caráter político no sentido de comprometer o balão na defesa do meio ambiente e da água — o que inclui ações políticas.

Quais são as atividades práticas da organização?

O tema água é tão amplo, congrega e intervém em tantos setores, o perfil das ONGs que compõem o Secretariado Internacional é tão variado, que o rol de atividades possíveis também é imenso. Temos atividades possíveis com organizações ligadas à agricultura, aos bosques, à conservação do meio ambiente e com problemas urbanos de abastecimento e acesso à água. Muitas das ONGs existentes no mundo, sobretudo na África, desenvolvem seu trabalho com relação à água em áreas rurais. São ONGs de ação prática (cooperação técnica e ações diretas no campo) e não organismos de investigação e capacitação.

Os financiamentos na América Latina tradicionalmente foram dirigidos para o setor agrário. As fontes financiadoras ainda vêm com desconfiança a questão urbana.

Isso é verdade. Chega-se inclusive a algumas distorções, como ocorreu durante a discussão do Tratado de Água Doce, de acusar as cidades de dilapidarem o recurso água. Na verdade, a

relação do urbano com os recursos naturais é apenas uma expressão da forma como se deu o desenvolvimento social. Não é a cidade que desperdiça os recursos naturais, mas o sistema mundial de produção e consumo. A forma como se dá o crescimento urbano, contraditório e excludente de amplos segmentos sociais, reproduz carências estruturais. Uma boa parcela dos moradores de bairros periféricos não tem acesso à água. Quem desperdiça, dilapida e contamina a água são as empresas e os consumidores de maior nível de renda. A contradição campo-cidade colocada assim grosseiramente não é lógica.

Como você avalia esse processo de discussão que resultou no Tratado de Água Doce, a articulação e a composição dos grupos que estiveram dedicados ao tema e a importância do resultado final?

O Tratado de Água Doce reflete bem a complexidade e a diversidade dos atores envolvidos em sua elaboração. Temos desde ONGs absoluta e radicalmente ambientalistas até as que pensam tudo pela ótica da utilização social dos recursos naturais. Entre estes dois extremos há pessoas que estão interessadas em identificar os projetos mais indicados para reconstituir as bacias hídricas e evitar o desflorestamento e há grupos preocupados com problemas de abastecimento ou saneamento em bairros populares. O Tratado tinha que refletir essa ampla gama de interesses, posições e ações — o que não é fácil. O tema é muito amplo e aberto, nem por isso escapou de discussões excessivamente localistas. A delegação brasileira era muito numerosa, seguida de perto pela delegação latino-americana, cada uma delas com uma prática diferente na discussão e colocação dos problemas.

Além de uma prática diferenciada, temos uma realidade muito diferente da enfrentada pelos africanos, por exemplo. Há visões que consideram a água somente como um recurso natural, e há os que consideram a água apenas em seu valor econômico. No entanto, apesar de todas estas contradições, tenho a impressão que ele foi discutido democraticamente. Acredito que seja um Tratado progressista.

Você avalia que o Tratado de Água Doce tenha força para servir como referência para ações mundiais?

Eventualmente sim, ao menos tenderia a isso. Mas o difícil é ser respeitado por organismos oficiais. As ONGs, as organizações populares, os movimentos sociais podem apoiá-lo, mas até ele ser adotado pelos governos e pelas grandes organizações multinacionais há uma grande distância a percorrer.

10 de junho de 1992

SECRETARIADO INTERNACIONAL DA ÁGUA:
uma rede em movimento

Regina Silvia Pacheco

*Membro do Conselho de Direção do Secretariado
Internacional da Água*

*Presidente do Núcleo de Estudos Regionais
e Urbanos (NERU)*

*Coordenadora do Mestrado em Administração Pública
e Governo da Fundação Getúlio Vargas*

O Secretariado Internacional da Água (SIA), organização não governamental formalmente constituída em 1991, pretende agir como um facilitador da articulação entre ONGs do norte e do sul, buscando novos parceiros que possam financiar tal articulação.

Várias dimensões estão presentes na atuação do SIA. Em primeiro lugar, o conteúdo das diversas ações apoiadas pelo Secretariado tem um forte eixo comum: o da imprescindível participação da sociedade civil na discussão de políticas voltadas ao uso e conservação dos recursos hídricos. Neste aspecto, o SIA tem agido junto a agências financeiras internacionais e a governos, buscando contemplar a participação de ONGs em todos os fóruns de discussão — por exemplo, junto ao *Water Supply and Sanitation Collaborative Council* (WSSCC), que reúne as principais agências internacionais e supra-nacionais de financiamento ao desenvolvimento; ou ainda diretamente junto ao Banco Mundial, PNUD, UNICEF. A ação concreta do SIA é a de interferir na organização de eventos de porte internacional promovidos por aquelas agências, propondo e viabilizando a participação de ONGs — por exemplo, no evento *Global Forum* do WSSCC (Oslo, setembro de 1991); na Mesa Redonda sobre Água e Saúde nos Bairros Urbanos Desfavorecidos, do *Office International de l'Eau*/França (Sophia-Antipolis, fevereiro de 1994); na Conferência Ministerial de La Haye sobre Água Potável e Saneamento Ambiental: Implementação da CNUED — Agenda 21; (La Haye, 1994).

Segundo este mesmo princípio, o SIA busca viabilizar a participação de ONGs em eventos promovidos por associações que reúnem governos locais (Federação Mundial das Cidades Irmãs, Metropolis, IULA etc), por considerar que as propostas de descentralização e de reforço dos governos locais não substituem a participação direta de representantes da sociedade civil. Como exemplos, podem ser citadas as ações do SIA junto ao Fórum de Mundial de Prefeitos (evento paralelo à Rio 92) e junto ao Congresso Metropolis 93, reunindo governos das metrópoles mundiais, realizado em setembro de 1993 em Montreal.

Desta forma, as ações impulsionadas pelo SIA buscam ampliar a arena pública de reflexão sobre os recursos hídricos e sua gestão, quebrando a identificação simplista do público ao estatal. Este tem sido o principal conteúdo da atuação do SIA junto ao leste europeu, apoiando as parcelas da sociedade civil organizada que estão à procura de uma alternativa entre a falência da gestão estatizada e a forte onda neoliberal que busca se implantar naqueles países. Neste sentido, o SIA apoiou, em maio de 1993, um seminário internacional da Europa central e oriental realizado em Varsóvia sobre o tema "A Sociedade Civil e sua Implicação na Busca de Soluções aos Problemas de Água Potável, Saneamento, Meio Ambiente e Qualidade de Vida". Com base no mesmo princípio, o SIA tem apoiado, no contexto africano, o questionamento da tutela do Estado que se estende sobre a sociedade civil.

Em todos os exemplos citados, potencializar a indagação e a troca de experiências é a contribuição que o SIA pode dar — trazendo, por exemplo, algumas experiências da Índia e da América Latina para a interlocução. Este constitui o segundo eixo forte que caracteriza as ações do SIA. Outra forma de exercer este papel é apoiando a realização de seminários de formação e de avaliação de experiências — como o realizado em Tilônia, Índia (novembro de 1993) sobre os elos entre água, saneamento e a participação das comunidades, combinando visitas de campo com a apresentação de casos; ou ainda o Seminário de Casablanca (1993), onde nasceu a "Aliança Inter-Arábica pela Água e Desenvolvimento" que visa formular um plano de ação para as ONGs desta região; ou o seminário em preparação, em colaboração com o HIC — Coalizão Internacional do Habitat e a UNESCO, sobre o tema "Abordagens Comunitárias e Parcerias para o Desenvolvimento Durável das Cidades".

O SIA também busca facilitar o apoio de agências financiadoras para projetos de campo: está sendo desenvolvido em Quito, pelo segundo ano consecutivo, o projeto "Eco-voluntários", organizado pelo *Centro de Investigaciones CIUDAD* e pelo Corpo de Voluntários da UNESCO. O projeto deve também ser iniciado nas Filipinas, Egito, Tanzânia e Senegal, onde as parcerias já foram estabelecidas; o SIA negocia agora a implantação do projeto na Romênia, inserido no plano de ação da Europa central e oriental.

Vários outros projetos foram realizados ou estão em preparação. Não se trata aqui de fazer um relato completo, mas exemplificar os eixos de atuação do SIA. Neste sentido, é importante destacar um terceiro eixo de atuação: aquele voltado à criação de parcerias financeiras inovadoras, como condição necessária para viabilizar o leque de iniciativas encaminhadas através do SIA. Este é um dos sentidos da aproximação de ONGs do norte e do sul,

fazendo jogar o papel privilegiado que têm as ONGs do norte junto às fontes financiadoras tradicionais. Ao mesmo tempo, o SIA busca identificar novos parceiros e novos formatos de contrapartida aos financiamentos de suas atividades, tirando proveito de seu papel como articulador e da agilidade que tem de identificar parcerias locais promissoras.

Neste campo entra em jogo a estratégia mediática que o SIA busca sempre associar às ações que patrocina: não é apenas a mensagem que conta, mas as estratégias de sua divulgação, criando fatos, cuidando da linguagem, do veículo e dos canais de comunicação. A Gota da Esperança, balão em forma de gota, lançado pelo SIA durante a Rio 92, vem percorrendo o mundo, despertando a atenção para os problemas ligados aos recursos hídricos. O SIA instiga seus associados a trabalharem a estratégia de comunicação, o impacto, a mídia, imprimindo um clima de criatividade e surpresas aos eventos em que participam. Particularmente inovador entre as ONGs voltadas à ação social crítica, este aspecto da valorização da ação coletiva pode se mostrar um campo aberto à inovação, contribuindo para a efetividade das iniciativas.

A estratégia financeira e mediática do SIA tem por base a clareza do contexto global que hoje afeta o mundo em muitas dimensões. O SIA é o pivô de uma rede, e está atento para o papel de uma *network* hoje e no século XXI — tema que vai animar a próxima reunião de seu Conselho Diretor (Manila, maio de 1994), onde serão convidados a intervir, nesta ampla reflexão, representantes de vários segmentos — de filósofos a empresários, buscando também desenhar novas estratégias para fomentar a criação de parcerias financeiras inovadoras.

O quarto aspecto marcante da ação do SIA é a amplitude de visão com que trabalha com as ONGs. Estão reunidos em torno do SIA tanto associações cuja marca é o trabalho direto com populações, como centros de pesquisa e formação. Da interação entre eles tem frutificado a construção e ampliação do consenso em torno da importância da participação da sociedade civil nas ações em prol do ambiente e do desenvolvimento.

Finalmente, cabe ressaltar que a visão partilhada por estas ONGs e pelo SIA é fortemente voltada à prioridade do uso da água para o abastecimento das populações, com ênfase no contexto urbano. Identificando corretamente os agentes e conflitos em torno da apropriação e do gerenciamento dos recursos hídricos, bem como desenvolvendo e avaliando alternativas inovadoras de articulação de agentes em torno desta problemática, as ações articuladas pelo SIA somam-se a outras que vêm recolocando o debate na perspectiva das populações, como contrapeso à hegemonia das

abordagens estritamente técnicas, empresariais e/ou governamentais que tradicionalmente marcaram a argumentação e a ação neste campo.

Uma última observação: como garantir a ética e o cumprimento coerente destas propostas? As ONGs participantes do SIA assumem o risco da interlocução externa — com governos, com o setor empresarial, com agentes financeiros, com a mídia — tomando este risco como um desafio. A prática vem mostrando que a confiança mútua e a abertura permanente à negociação entre os associados ao Secretariado podem representar uma ferramenta de peso para a interlocução com aqueles atores externos. Os eixos de atuação acima referidos vão sendo sedimentados (e mesmo construídos) concretamente em cada projeto, desde a discussão de sua concepção até a viabilização de sua realização. Não há estatuto ou normas internas que sozinhos dêem conta deste desafio. Há disposição ao embate de idéias, a atuação coerente e persistente do secretário-geral, e o sentido de colaboração crítica de cada um dos associados. A confiança se exercita e se constrói, não pode ser pré-definida.

"É preciso introduzir a palavra felicidade como referência para pensar o desenvolvimento".

Sonia Alves Calió é Diretora do Centro Informação Mulher (CIM). Conselheira Científica do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEMGE) da Universidade de São Paulo.

Quais são os objetivos do Centro Informação Mulher e quando foi criado?

O Centro Informação Mulher (CIM) é uma entidade feminista, criada há 13 anos, que trabalha com documentação específica sobre a mulher, tendo uma vasta biblioteca aberta ao público.

Enquanto representante das entidades feministas de São Paulo na Comissão Organizadora do Planeta Femea durante a Rio 92 como você avalia o processo de organização do trabalho das feministas durante o Fórum Global?

Vários grupos do Movimento de Mulheres do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Recife se organizaram para preparar uma intervenção na Rio 92. À medida em que fomos trabalhando sentimos necessidade de um espaço próprio para discutir as questões de população, direitos reprodutivos e também as questões específicas das mulheres do ponto de vista do desenvolvimento. Acabamos conquistando um espaço dentro da organização do Fórum Global, que ficou conhecido como Planeta Femea. Femea é uma sigla formada pelas palavras Feministas e Meio Ambiente. Algumas entidades foram escolhidas para participar da Comissão Organizadora: pelo Nordeste o grupo SOS Corpo, pelo Rio de Janeiro, a Rede de Defesa da Espécie Humana (REDEH) e por São Paulo, o Centro Informação Mulher (CIM), como representante do Fórum Feminista de São Paulo.

O movimento de mulheres priorizou durante o Fórum Global o debate em torno do tema População e Meio Ambiente. Quais foram os eixos centrais abordados nessa oportunidade em relação a esses temas?

Até a Rio 92 prevalecia a idéia de que eram as grandes concentrações populacionais do Sul que degradavam o meio ambiente, poluindo mananciais, queimando florestas, dando força ao conhecido jargão "bocas demais para poucos alimentos". A Conferência do Rio veio desmentir este simplismo quando apontou os chamados padrões de consumo e de produção do Norte como os maiores responsáveis pela degradação ambiental e pelo esgotamento dos recursos naturais. E nisso, nós mulheres tivemos papel fundamental. O Tratado sobre População, Meio Ambiente e Desenvolvimento, redigido e assinado por todos os grupos e entidades mundiais de mulheres presentes na Conferência, explicitou outra maneira de conceber a questão da população: não se sai do subdesenvolvimento pelo desenvolvimento, entendido segundo padrões de consumo que não podem ser generalizáveis dentro dos limites da terra. Ou mudam-se estes padrões — tomados atualmente como definição de felicidade — ou as massas incontáveis de pobres terão que ser suprimidas a golpe de políticas populacionais coercitivas. Nesse sentido, é essencial que a IIIª



Antonio Marmelo Arquivo CIM

Mulheres africanas

Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, que vai acontecer no Cairo em setembro, não venha legitimar, ainda que indiretamente, esse tipo de prática. Os padrões de consumo do Norte não se resumem aos bens, dizem respeito também ao conhecimento. A sofisticação tecnológica acaba por marginalizar todos aqueles que não têm acesso a ela. Um número cada vez maior de seres humanos vai se tornando cada vez menos competitivo nesse mundo regido pela lei selvagem da competitividade, onde só sobrevivem os mais aptos. Este foi o tema central que nós mulheres trabalhamos na Rio 92 e que estamos aprofundando para a conferência do Cairo, bem como para a Conferência Mundial sobre a Mulher em 1995, na China: pensar a questão populacional do ponto de vista da produção e do consumo.

Existem divergências entre o movimento feminista do Hemisfério Norte e Sul?

O Tratado sobre População já vinha sendo discutido há um ano em encontros internacionais realizados pelo movimento de mulheres, sobretudo o de Miami, em novembro de 1991. Durante

essas discussões, houve um problema entre o movimento de mulheres do Norte e do Sul: identificar onde estaria o cerne da questão, nos padrões de produção e consumo ou no excesso de população. É verdade que as mulheres do Norte evoluíram muito durante a Rio 92, mas este problema existiu. Porém, os nossos maiores embates ocorreram com o movimento ecológico, sobretudo com os ambientalistas conservacionistas. Finalmente, depois de longas discussões, o Tratado foi assinado pelos movimentos de mulheres e também pelos movimentos ambientalistas. Foi uma batalha dura, pois, sem dúvida nenhuma, a questão da proteção da natureza, vista pelo viés população, é muito delicada.

Qual é a visão dos ambientalistas? Qual é a divergência básica?

Há muitos anos as mulheres vêm trabalhando a questão dos direitos reprodutivos, do direito a decidir sobre seu próprio corpo, seus próprios desejos de querer ou não ter filhos. O movimento feminista vem lutando contra as políticas coercitivas populacionais há, pelo menos, 20 anos. Nossa impressão foi de que os ambientalistas, de maneira geral, entraram meio de sola na questão, mas foram muito pueris. Eles acreditavam, até a Rio 92, que os recursos estavam se esgotando e, a continuar o atual ritmo de crescimento, apenas uma parte da população viveria decentemente. A questão que se colocava era o que fazer para trabalhar o problema dos recursos não-renováveis. Do ponto de vista da questão populacional, eles não tinham visão de conjunto do próprio processo.

Este era o entendimento dos ecologistas do Sul e do Norte?

Sim. A interpretação que se fazia da relação entre população e meio ambiente era de que a pressão demográfica esgotaria os recursos não-renováveis. É preciso ter em conta que, nas últimas décadas, a idéia de que a explosão demográfica é uma das responsáveis pelo subdesenvolvimento ganhou muita força. Uma interpretação que traz em si uma só lógica — a do controle da natalidade, o que, exatamente, as entidades ambientalistas do Norte e do Sul tinham dificuldade em perceber.

Então houve uma mudança durante o evento no Flamengo?

Certamente. Foram quatro dias de negociação com os ambientalistas, onde nós mulheres tínhamos a dimensão exata da questão populacional e batalhamos para que ela fosse tratada sob o nosso ponto de vista. Finalmente, conseguimos que o Tratado sobre a População fosse assinado pelas mulheres e pelos ambientalistas. Mas essa discussão ainda precisa ser mais trabalhada, sobretudo porque o controle da natalidade, que significa, basicamente, uma

política sobre os nossos corpos, não é assim entendido pelos ambientalistas. Por exemplo, eles desconheciam nossas lutas, nossas batalhas de 20 anos contra a esterilização massiva de mulheres, contra a distribuição gratuita de pílulas etc. Este foi o grande aporte que o Planeta Femea trouxe para a Rio 92.

Mas, além da questão populacional, a Agenda 21 das Mulheres por um Planeta Saudável, aprovada em Miami, tocou em outras questões como: direitos democráticos, ética ambiental, militarismo e meio ambiente, dívida externa e comércio, pobreza, direito de acesso à terra, segurança alimentar e crédito, biotecnologia e biodiversidade, poder nuclear e energias alternativas. Tratamos, ainda, da ciência e da transferência de tecnologias, do poder da mulher como consumidora, da informação e da educação ambiental. Fizemos recomendações às Nações Unidas em relação a toda a problemática do desenvolvimento humano. É um documento muito forte.

A Agenda das Mulheres para o Século 21 foi debatida ao longo do trabalho?

Sim. Cada tema foi submetido à discussão e ao debate durante o Planeta Femea. Reservou-se um dia para cada tema, e uma entidade, representando uma coalizão internacional, se responsabilizaria pelo debate em questão. Nós, mulheres brasileiras, organizamos o debate População e Saúde, as canadenses o debate sobre educação, e assim por diante. Todos os temas foram contemplados.

Em termos do debate interno haviam diferenças significativas? Algum tema foi alvo de maiores divergências?

Antes de organizar o Planeta Femea achávamos que as grandes discussões seriam entre Norte e Sul. No início a tendência das discussões foi realmente esta — "as mulheres do Norte vêm aqui dar regrinhas para nós pobrezinhas do Sul". No entanto, durante as discussões alcançamos uma harmonia muito importante, por uma questão simples: há pobres e ricos nos dois hemisférios. Então deslocamos o eixo da discussão da vitimização, isto é, de quem são os culpados para quem são os excluídos. O fato é que, atualmente o estilo de desenvolvimento exclui uma parte significativa dos habitantes do planeta. Este é o tema central: quem são os excluídos? por que essa exclusão? será que o modelo de desenvolvimento proposto pelos "incluídos" tem possibilidades de acabar com a injustiça social que existe na terra?

Os países do Norte estão vivendo problemas sociais seríssimos do ponto de vista da pobreza. Na Europa, Estados Unidos e Japão há grandes bolsões de miséria e no Terceiro Mundo grandes bolsões de riqueza. Isso mudou a tônica do debate e os

antagonismos do início foram desaparecendo com o reconhecimento desta realidade. "Vocês vêm dos Estados Unidos, têm uma ótima qualidade de vida às nossas custas" — esta agressão inicial foi superada porque tentamos discutir todos os temas da forma mais aberta possível, sem estabelecer dicotomias.

Foram criadas redes de trabalho em torno destas questões após o evento no Planeta Femea?

Foram criadas muitas redes, antes e depois da Rio 92. Participaram do Planeta Femea a Rede de Mulheres e Educação, a Rede de Meio Ambiente e a Rede de Direitos Reprodutivos. Não são apenas redes de intercâmbio de informação, mas visam também formular políticas, propostas e participar do debate organizadamente. Não temos idéia da multiplicação de redes após o evento no Rio de Janeiro.

Aqui no Brasil, formamos, como continuidade do Planeta Femea, a Coalizão de Mulheres Brasileiras pelo Meio Ambiente,



Arquivo CIM

Planeta Femea — ECO 92

População e Desenvolvimento (COMBATON), que publica um Boletim chamado "Planeta Femea", e no momento vem divulgando informações sobre a Conferência do Cairo.

Qual o entendimento das organizações feministas em relação às políticas de controle populacional que vêm sendo implantadas no Hemisfério Sul? O crescimento populacional cada vez mais concentrado no meio urbano vem sendo considerado pelo governo e alguns setores da sociedade, tais como os ambientalistas, cientistas e outros, como um grave problema deste final de século. No futuro o planeta será cada vez mais urbanizado.

O problema maior é a questão das migrações. As pessoas procuram as cidades porque não têm acesso à terra. A pobreza invade o campo, invade a cidade, de forma absurda. A cidade exerce uma forte atração, não é uma coisa linear, mas justamente por isso tratamos da pobreza e do acesso à terra na Agenda 21. Não dá para falar que o movimento da população de um lado para outro tem a ver só com a busca de melhores condições de vida. Tem a ver também com políticas que são feitas. Há uma palavra de ordem que diz: "quero ter o direito de viver no meu país". O país representando "minha terra". Não o país como França, Brasil, Itália. Não. "Quero ter o direito de viver na minha terra". Esta é uma palavra de ordem mundial. As migrações são violentas. Na Europa o problema das imigrações é muito grave. São populações que imigram e sofrem muito nos países onde chegam. Sofrem discriminação, choques culturais e outros graves problemas de inserção social. As mulheres ainda não trabalharam muito essa questão das imigrações e migrações. Mas, ao longo da preparação para o Cairo, esse tema será cada vez mais abordado.

Para a Conferência do Cairo vocês estariam indo mais qualificadas, mais articuladas, pós Rio 92?

Bem mais. Além da questão dos direitos reprodutivos e humanos, avançamos na questão do desenvolvimento. A Rio 92 representou um grande avanço quanto ao papel das ONGs na questão do desenvolvimento. Nenhum governo hoje poderia tentar participar de uma articulação internacional para tratar deste tema sem levar em conta este fato.

As mulheres estão mundialmente se preparando para a Conferência do Cairo. Nós, mulheres brasileiras, nos reunimos no final do ano passado, no Encontro Nacional Mulher e População, e redigimos a "Carta de Brasília", onde nos colocamos absolutamente contra toda e qualquer política populacional e reafirmamos a importância de assumirmos políticas de desenvolvimento humano.

Em janeiro de 1994, tivemos a Iª Conferência Internacional Saúde Reprodutiva e Justiça, no Rio de Janeiro, onde 220 mulheres,

de 82 países, prepararam, durante 5 dias, sua intervenção no Cairo. É claro que este encontro não buscou unanimidade nas questões, pelo contrário, buscou respeitar as diferenças e as diversidades. Foi redigido, então, um relatório de trabalho que contempla todas as questões colocadas. Esse encontro tratou também das políticas de saúde sob a dimensão dos **direitos reprodutivos** e dos **direitos humanos**. Essa última sendo tratada de forma muito democrática, ampla, pois mexe com o desejo do outro de querer ou não filhos e de construir sua própria felicidade e não se pode dar outro nome a isso que não seja **direito humano**.

É assim que estamos atuando. São questões que dizem respeito aos nossos corpos, de homens e de mulheres, aos nossos desejos, ao nosso amor, e este é um direito humano inalienável. Supera a discussão dos números, estatísticas, indicadores e condena as políticas natalistas e controlistas que vêm sendo aplicadas, insistentemente, pelos governos e entidades, sob o nome de "planejamento familiar".

O crescimento populacional nas cidades explica-se pela falta de condições das pessoas de se manterem em seu local de origem?

Esta é uma das questões. A outra seria que tipo de desenvolvimento acontece na cidade que leva a essa discrepância entre os que estão no campo e os que chegam à procura da felicidade. A visão que o ser humano tem hoje de felicidade associa-se fundamentalmente ao consumo urbano. Ser feliz é ter, por exemplo, um carro. Mas nós não podemos imaginar cada ser humano com um carro. É impossível, desproporcional. Mas é esta a noção que se tem de felicidade: consumo, *shopping centers*, tecnologia. A tecnologia de ponta não pode ser transferida para o conjunto da sociedade do jeito que se pretende. Os bolsões de pobreza existem e estão em busca de outra coisa que não estas discrepâncias entre desenvolvimento e felicidade. **É preciso introduzir a palavra felicidade como referência para pensar o desenvolvimento.** Senão ficamos com uma visão economicista. Outra maneira nova de se pensar o desenvolvimento, para além do já conhecido desenvolvimento sustentável, é levar à frente um conceito que está entrando agora, o da gestão dos recursos e o **desenvolvimento durável**, no sentido de que o processo de produção utilize tecnologias que sustentem o desenvolvimento a longo prazo. A durabilidade e a gestão dos recursos coloca, antes de mais nada, um problema de equidade, incluindo aí as gerações futuras. Coloca também a durabilidade a partir de agora, através da produção orientada ecologicamente, da equidade na utilização dos recursos e divisão dos bens, que tornem viável a vida no planeta. Além disso, é importante que se respeite as identidades culturais.

Por onde abordar esse problema? A nível global do planeta, como tentam hoje certas entidades e instituições internacionais? A nível mais localizado? É urgente que se faça uma reflexão global sobre a origem dos problemas para que uma ação local seja entendida, realmente, como desejo e manifestação de mudança. Isto introduz a questão do respeito à diversidade cultural e à idéia de que são possíveis soluções não somente globais, mas também localizadamente.

05 de janeiro de 1994

PÓLIS / CENTRO DE
DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

TRATADO SOBRE A QUESTÃO URBANA

Por Cidades, Vilas e Povoados, Justos,
Democráticos e Sustentáveis

I — INTRODUÇÃO

1. Desde o fim da IIª Guerra Mundial consolida-se um modelo de desenvolvimento que coloca como central o crescimento econômico, a acumulação de capital, o lucro. Demonstrando uma voracidade sem limites, este modelo de desenvolvimento subordina a seu objetivo maior o bem-estar dos seres humanos, criando uma crescente e perversa concentração da riqueza e disseminação da pobreza. Para atingir este crescimento sem limites, empresas e governos têm consumido as reservas naturais do planeta, destruído o patrimônio ambiental e criado países e cidadãos de primeira, segunda e terceira categorias.

2. Esse crescimento econômico, baseado fundamentalmente na expansão industrial e do consumo, deu origem à expulsão da população do meio rural, a um intenso processo de urbanização, ao surgimento das grandes metrópoles mundiais, e a todos os graves problemas decorrentes do empobrecimento e da degradação ambiental.

3. O urbano redimensiona-se como centro das atividades humanas e como ponto focal de processos políticos e econômicos. As cidades tornam-se centros de gestão e de acumulação do capital organizados em escala planetária, núcleos de comando de uma vasta rede que integra o urbano e o rural. Essa dimensão territorial expressa uma crescente integração entre as problemáticas rurais, urbana e meio ambientais.

4. Hoje, milhões de pessoas se concentram em centros urbanos e vivem em críticas situações de poluição das águas, do ar, do solo, privados de qualquer perspectiva de satisfazer suas mais elementares necessidades de alimentação, moradia, abastecimento de água, esgotamento sanitário, serviços de coleta e destinação final adequada do lixo urbano, transportes públicos.

5. Esta situação leva a uma deterioração das condições de saúde comprometendo a própria reprodução da vida e sobrecarregando especialmente as mulheres no que diz respeito às suas responsabilidades cotidianas e junto à comunidade.

6. O empobrecimento e a degradação ambiental se tornam mais agudos em razão da política neoliberal praticada pelos organismos financeiros multilaterais e pelos governos que se desobrigam de investir em infra-estrutura urbana e em políticas sociais, provocando uma agressão à cidadania sem precedentes na história moderna e obrigando as mulheres a assumirem uma carga crescente no papel que têm na produção do habitat e na organização popular.

7. A produção da cidade, de seus equipamentos e serviços se faz privatizando o espaço público, submetendo-o aos interesses dos monopólios e do grande capital, sem a necessária atenção aos interesses dos cidadãos e à melhoria de sua qualidade de vida.

8. Ao submeter à lógica do mercado a prestação de serviços tais como saúde, educação e moradia, estas políticas promovem a exclusão dos empobrecidos, que não têm como pagar estes bens e serviços, tanto no Norte quanto no Sul. O resultado é um crescente número de sem-casa, meninos de rua, favelas, cortiços e periferias desequipadas, destruindo identidades, valores culturais, estruturas familiares e levando muitas mulheres a assumirem o sustento de suas famílias.

9. Esta realidade não somente se expressa nos fenômenos descritos, mas se manifesta no mundo inteiro em um incremento da violência urbana, assassinato e repressão de incontáveis crianças, mulheres, sem-teto, assim como atinge também lideranças de movimentos sociais que lutam por democracia e melhores condições de vida nas cidades.

10. Uma ação reguladora dos governos se faz necessária para garantir maior justiça nas relações sociais. Ao contrário do que propõe a visão neoliberal, a atuação do Estado deve afirmar o desenvolvimento das políticas públicas e obedecer à lógica da inversão de prioridades, visando atender as camadas que mais se pauperizam por decorrência dos programas de ajustes estruturais.

11. O que está em causa é a necessidade de criação de um novo modelo de desenvolvimento sustentado que tenha como objetivo o bem-estar da humanidade em equilíbrio com a natureza, assentado centralmente nos valores da democracia e da justiça social hoje e para as gerações futuras, sem qualquer discriminação de gênero, econômica, social, política e de crença.

12. A ativa participação da sociedade civil, especialmente dos movimentos sociais, das entidades e associações populares, introduz novos atores como agentes decisivos na construção de um novo modelo de desenvolvimento e requer dos organismos internacionais e

dos governos que estes os aceitem como interlocutores e se abram à participação democrática.

13. Para enfrentar esta situação se impõem modificações substanciais nas atuais e futuras condições de vida das amplas maiorias da população, que só podem ocorrer mediante a realização de um conjunto de reformas que incluem, entre outras, a Reforma Agrária, a Reforma Urbana, a Reforma do Estado e das instituições internacionais tais como a Comunidade Européia e as instituições vinculadas ao sistema das Nações Unidas — FMI, Banco Mundial, Habitat - que termine com a dependência dos povos em relação aos países centrais assim como mudanças nas políticas sociais e econômicas dos governos do Norte em relação aos povos e governos do Sul.

14. Uma Reforma Urbana se faz necessária baseada na expansão da participação dos cidadãos no processo de decisão das políticas a nível local, nacional e internacional, onde os valores políticos e culturais do dia-a-dia possam ser transformados.

II — PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

15. DIREITO À CIDADANIA — entendido como a participação dos habitantes das cidades e povoados na condução de seus destinos. Inclui o direito à terra, aos meios de subsistência, à moradia, ao saneamento, à saúde, à educação, ao transporte público, à alimentação, ao trabalho, ao lazer, à informação. Inclui também o direito à liberdade de organização; o respeito às minorias e à pluralidade étnica, sexual e cultural; o respeito aos imigrantes e o reconhecimento de sua plena cidadania; a preservação da herança histórica e cultural e ao usufruto de um espaço culturalmente rico e diversificado, sem distinções de gênero, nação, raça, linguagem e crenças.

16. GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CIDADE — entendida como a forma de planejar, produzir, operar e governar as cidades e povoados submetida ao controle e participação da sociedade civil, destacando-se como prioritário o fortalecimento e autonomia dos poderes públicos locais e a participação popular.

17. FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E DA PROPRIEDADE — entendida como a prevalência do interesse comum sobre o direito individual de propriedade, como o uso socialmente justo do espaço urbano para que os cidadãos se apropriem do território, democratizando seus espaços de poder, de produção e de cultura dentro de parâmetros de justiça social e da criação de condições ambientalmente sustentáveis.

III — PROPOSTAS

18. Democratização das cidades e povoados garantindo direitos nacional e internacionalmente reconhecidos, a criação de novos direitos, bem como invertendo prioridades na alocação dos recursos



públicos locais, nacionais e internacionais em função dos setores sociais mais empobrecidos.

19. Condicionar os processos de produção, apropriação e consumo do espaço urbano, em sua dimensão pública e privada, às potencialidades do meio físico, à infra-estrutura, ao equilíbrio ecológico, à preservação do patrimônio histórico e cultural, às práticas culturais.

20. Articulação dos poderes públicos, dos agentes privados e setores sociais criando mecanismos participativos para a formulação de políticas públicas aproveitando tecnologias e processos alternativos que possibilitem o máximo aproveitamento dos recursos naturais e materiais dentro da perspectiva social e de sustentabilidade.

21. Criação de mecanismos de controle pela sociedade civil e pelos governos locais dos recursos captados e do endividamento contraído internacionalmente para investimentos em projetos urbanos.

22. Estabelecer um novo equilíbrio entre a cidade e o campo para que juntos garantam um futuro comum, com circuitos curtos de abastecimento que eliminem os intermediários e estabeleçam uma relação direta entre produtores do campo e consumidores da cidade, descentralizando os centros de abastecimento e gerando formas de organização dos setores populares na aquisição dos produtos; gerar processos que permitam devolver ao campo água, ar e solo limpos, graças à gestão e operação tecnológica dos ciclos de consumo e dos processos de reciclagem.

23. Universalizar a cobertura dos serviços de saneamento básico e de infra-estrutura, equalizando o acesso a todos os usuários urbanos e rurais.

24. Ampliar e garantir a participação da população, fortalecendo a participação das mulheres, através de canais institucionais, tanto no Executivo quanto no Legislativo, que permitam seu envolvimento nos processos de planejamento, fiscalização e tomada de decisões.

25. Promover o direito à informação, bem como o acesso dos setores populares aos meios de comunicação de massa.

26. Promover e estimular a constituição, a nível local, nacional e internacional, de fundos e mecanismos autônomos de gestão para a produção de moradias, materiais de construção e equipamentos urbanos; e garantir o controle social sobre a destinação destes recursos.

27. Estimular a aplicação de recursos do orçamento público para a criação de empregos produtivos, potencializando o surgimento de oficinas, microempresas, cooperativas e outras formas de emprego e geração de renda.

28. Priorizar o transporte de massa nas suas diversas modalidades bem como a substituição da atual matriz energética por outras não-poluentes.

29. Apoiar campanhas que venham a reconhecer direitos civis iguais ao acesso à terra e à moradia para as mulheres e reforçar a necessidade de que elas venham a assumir também responsabilidades nos processos de direção dos movimentos sociais, tal como proposto na Agenda 21.

30. Criar condições em termos sociais, econômicos, ambientais e legais, para evitar despejos, remanejamento forçado de populações, ou qualquer forma de transferência sem a prévia discussão e concordância das populações envolvidas.

IV — COMPROMISSOS

31. Os signatários deste Tratado concordam em criar e participar de um FÓRUM GLOBAL "POR CIDADES JUSTAS, DEMOCRÁTICAS E SUSTENTÁVEIS" que contribua para o avanço dos movimentos sociais e para a construção de uma vida digna nas cidades através da ampliação dos direitos ambientais, econômicos, sociais e políticos de seus habitantes, mudanças na gestão da vida urbana e em sua qualidade de vida, na construção de um meio ambiente a ser desfrutado pela nossa e pelas futuras gerações.

32. Este FÓRUM se propõe a priorizar as ações que favoreçam os setores populares mais sacrificados pelos processos de exclusão social determinados pelo atual modelo de desenvolvimento.

33. Os compromissos deste tratado incluem:

a) documentar e denunciar expulsões massivas de moradores de seus locais de moradia e demais violações relativas à deterioração ambiental e aos direitos de moradia;

b) promover o intercâmbio local, nacional e internacional de informações, experiências, especialistas e assistência técnica entre os signatários deste Tratado;

c) realizar atos de solidariedade e apoio a indivíduos e/ou grupos que vivenciam repressão ou retaliação por seu trabalho e suas lutas pelos direitos à cidade, à moradia e a um ambiente ecologicamente equilibrado;

d) sistematizar, analisar e difundir o conhecimento acumulado, e promover novos estudos, que impulsionem as ações voltadas à conquistas sociais nos campos da vida na cidade e nos povoados, da moradia e do meio ambiente, articulando organizações populares e centros de apoio e investigação social com o fim de potencializar este trabalho e as lutas sociais;

e) apoiar e assessorar ações de articulação, pressão e negociação, a nível local, nacional e internacional, em defesa dos princípios e propostas deste Tratado;

f) intervir em todas oportunidades que permitam o fortalecimento das relações entre movimentos sociais, redes de ONGs, fóruns e municípios democráticos a nível local, nacional e internacional;

g) estimular iniciativas de articulação e ações conjuntas entre os signatários deste Tratado que permitem atender a realidades, dinâmicas e mecanismos específicos requeridos por seus objetivos e pela realidade social onde atuam.

34. Para assegurar a efetiva constituição do FÓRUM GLOBAL "POR CIDADES JUSTAS, DEMOCRÁTICAS E SUSTENTÁVEIS", os signatários constituem uma comissão composta por um representante da Coalizão Internacional do Habitat — HIC, por um representante da Frente Continental de Organizações Comunais — FCOC e por um representante do Fórum Brasileiro de Reforma Urbana.

Rio de Janeiro, junho de 1992

*Coalizão Internacional do Habitat — HIC
Frente Continental de Organizações Comunais — FCOC
Fórum Brasileiro de Reforma Urbana*

PUBLICAÇÕES PÓLIS

01. Reforma Urbana e o Direito à Cidade
02. Cortiços em São Paulo: O Problema e suas Alternativas
03. Ambiente Urbano e Qualidade de Vida
04. Mutirão e Auto-Gestão em São Paulo: Uma Experiência de Construção de Casas Populares
05. Lages: Um Jeito de Governar
06. Prefeitura de Fortaleza Administração Popular: 1986/88.
07. Moradores de Rua
08. Estudos de Gestão: Ronda Alta e São João do Triunfo
09. Experiências Inovadoras de Gestão Municipal
10. A Cidade Faz a sua Constituição
11. Estudos de Gestão: Icapuí e Janduí
12. Experiências de Gestão Cultural Democrática
13. As Reivindicações Populares e a Constituição
14. Participação Popular nos Governos Locais
15. Urbanização de Favelas: Duas Experiências em Construção

Números Especiais

- Ordenamento Jurídico: Inimigo Declarado ou Aliado Incompreendido?
- Alternativas Contra a Fome

Próximo Número

- Projeto Cultural para um Governo Sustentável
-

ACERVO

N.º ANÁLISE

DATA

Revista Pólis - Assinatura

Solicito uma assinatura de quatro números da Revista Pólis.

Pagarei pela assinatura 14 URVs (Brasil), 28 URVs (exterior)
através de cheque nominal

ENDEREÇO: Instituto Pólis
Rua Joaquim Floriano, 462
Tel: 820-2945
04534-002 - São Paulo - SP

NOME _____

ENDEREÇO _____

CEP _____ CIDADE _____ ESTADO _____

TELEFONE _____ DATA _____

Números Anteriores:

- Participação Popular nos Governos Locais
- Urbanização de Favelas:
Duas Experiências em Construção

Próximo número:

Projeto Cultural para um Governo
Sustentável
